



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2024/12/20

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às dez horas e vinte e cinco minutos, foi declarada aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

A Mesa ficou assim constituída: -----

PRESIDENTE: José Carlos Taveira; -----

1.º SECRETÁRIO: Manuel Luís Pinto Castanheira;-----

2.ª SECRETÁRIA: Maria de Lourdes de Freitas.-----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

António Vicente Morais, Roberto Manuel Nunes Gonçalves em representação de Hilário dos Santos Pires Martins, João Carlos Barreira Vila, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira, Marcos Miguel Ventura Pimentel, Luís António Bebião Pires, Carlos Diniz Mateus Fornos, Sónia de Fátima da Graça Afonso, Miguel António Fernandes, André Maximino Fernandes Malheiro, Fernando Jorge Diegues Magalhães, Sílvio António Costa da Silva, Tiago André Pires da Cruz Morais, José Romeu Vila Diegues, Zélia de Fátima Libório Pires Diegues e Ana Maria Martins Rodrigues.---

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO VOLTAR A ACREDITAR PPD/PSD.CDS-PP”: -----

António Jorge Morais Fernandes, José Gonçalves Afonso, Maria Alice Vieira da Silva e Ricardo

Miguel Gonçalves Libório. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS POR GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES.-----

Manuel Dinis Magro Gomes e António Alberto Reis. -----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Francisco José Nunes Cunha, Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida, Júlia dos Anjos Lousada Ferreira Beato, Salvador dos Santos Marques, José Humberto Martins, José Carlos Claro, Helena Isabel Martins Barreira, Helena Isabel Ventura Pimentel, José Paulino Castanheira, José Manuel Mandim Alves, Eduardo Manuel Martins Rodrigues em substituição de Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado e Domingos Augusto Fernandes em substituição de José Maria Ribas. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO “VOLTAR A ACREDITAR PPD/PSD.CDS-PP”: -----

José Henrique Pereira Rodrigues em substituição de Pedro Nuno Aboim Pinto, Deolinda Maria Malta Gomes, António Manuel São Vicente, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Maria Isabel da Silva Afonso, Soraia Filipa Elói Marcelo, Teresa Augusta Rodrigues Patrocínio Neves, Luís Filipe Garcia, José Augusto Pinheiro em substituição de Luís Filipe Pires Morais e Carla Patrícia Gonçalves Barbosa em substituição de Rui Jorge Diegues Borges.-----

OUTRAS PRESENCAS:-----

Patrícia Joana Martins Canteiro, Jurista da Câmara Municipal e Gorete Fernandes Pedreira, Técnica Superior da Unidade dos Serviços Integrados da Presidência.-----

AUSENTES:-----

César Daniel de Sá Leonel, Eduardo André Martins Gonçalves, Carlos Manuel Reis em substituição de Ana João Gonçalves Augusto Alves e Diana Sofia da Costa Santos. -----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----

2 - Ordem do Dia:-----

- 2.1 - Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior;-----**
- 2.2 - Leitura resumida do expediente;-----**
- 2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-**
- 2.4 - Período de intervenções;-----**
- 2.5 - Moção “Ligação Aérea: Bragança – Portimão”.-----**
- 2.6 - Apoios:-----**
- 2.6.1 - Colocação de Pessoal não Docente nas EB1 e Jardins de Infância – Transferência de
Verbas;-----**
- 2.6.2 - Freguesia de Rebordelo;-----**
- 2.6.3 - Freguesia de Santalha;-----**
- 2.6.4 - Freguesia de Edral;-----**
- 2.6.5 - Freguesia de Vale das Fontes;-----**
- 2.6.6 - União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil.-----**
- 2.7 - Proposta - Apoio Financeiro às Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Vinhais.-**
- 2.8 - Aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal do
Município para o ano de dois mil e vinte e cinco.-----**
- 2.9 - Orçamento e Plano de Atividades das Empresas Municipais para o ano de dois mil e
vinte e cinco:-----**
- 2.9.1 - Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM. SA.; ----**
- 2.9.2 - Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM.-----**
- 2.10 - Contrato Relativo ao Processo “Serviços de Gestão e Recolha Indiferenciada,
Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da
Terra Fria Transmontana.-----**
- 3 - Período Reservado ao Público.-----**

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referiu que tinham sido entregues à Mesa dois Manifestos redigidos pelos Senhores Deputados Tiago André Pires da Cruz Morais, Presidente da Junta da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos e Pedro Nuno Aboim Pinto, na qualidade de Líder da Bancada da Coligação “PPD/PSD.CDS-PP VOLTAR A ACREDITAR”. -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua leitura, pela ordem de

chegada à Mesa: -----

“A GMR - Consultores, Lda., com sede em Braga, efetuou a 10 de abril de 2024 um pedido à Direção Geral de Energia e Geologia para Atribuição de Direitos de Prospecção e Pesquisa para dois polígonos– “Revelhe” e “Valongo 2” para ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados, no caso do primeiro polígono e para níquel, cobalto, cobre, platinoídes e minerais associados, no caso do segundo. Ambos os polígonos integram áreas de várias freguesias do concelho de Vinhais. Um deles, o de “Revelhe”, abrange diretamente as aldeias da nossa União de Freguesias, assim como Candedo, Santalha, Tuizelo e Vilar de Ossos numa área total de 37 Km².-----

Esta entidade promoveu sessões de esclarecimento em todas as aldeias integradas nos polígonos definidos, incluindo Sobreiró de Baixo pertencente ao polígono “Revelhe” a 24 de outubro de 2024 para informar a população do pedido de prospecção. Contudo a consulta pública no Portal Participa referente a este projeto, apenas esteve disponível até ao dia seguinte, ou seja, até dia 25 de outubro de 2024, limitando os habitantes desta União de Freguesias de se poderem manifestar favorável ou desfavoravelmente quanto a este pedido, que exigia mais informação, para além da que foi fornecida na sessão de esclarecimento.-----

A implementação de uma eventual extração mineira, nomeadamente de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e outros minerais associados, acarreta graves efeitos negativos para os sistemas ecológicos e para as comunidades locais, sendo responsável pela poluição da água potável, devido aos metais pesados, pela poluição atmosférica e conseqüente surgimento de doenças respiratórias devido às poeiras finas, entre muitas outras situações.-----

No caso concreto dos pedidos apresentados pela GMR - Consultores, Lda., caso a prospecção e pesquisa resultem num cenário de extração viável, este processo invasivo ocorrerá em áreas protegidas, mais concretamente no Parque Natural de Montesinho, em Zonas de Rede Natura 2000, que concentram Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Sítios de Importância Comunitária (SIC), e ainda em território da Reserva da Biosfera Meseta Ibérica (RBTMI – UNESCO), com efeitos irreversíveis e irremediáveis.-----

A empresa mineira GMR, Lda., não está a assumir os devidos critérios de transparência ou uma postura correta com as populações, que detêm o direito de participar tranquila e informadamente neste processo. Tampouco clarifica se as perfurações e sondagens da fase de pesquisa e prospecção serão conduzidas mesmo nos terrenos integrados no Parque Natural de Montesinho e nas restantes áreas alvo de proteção, assim como em terrenos particulares e comunitários que asseguram a subsistência e atividade das comunidades.-----

Infelizmente, a prospeção é a porta de entrada para a extração mineira e que tem de ser evitada por todos nós, essencialmente porque o modo de vida e a subsistência das nossas populações locais dependem do equilíbrio dos seus recursos hídricos e da estabilidade dos seus solos, pastagens, floresta e biodiversidade em geral. As atividades agrícolas, florestais, pecuárias e turísticas em áreas protegidas são incompatíveis com a existência de mineração, uma das indústrias reputadas como sendo das mais poluentes e absolutamente incompatível com a produção de uma castanha de qualidade, como aquela que se produz na nossa União de Freguesias e de uma atividade cinegética, com grande representatividade nas aldeias do nosso concelho. O valor imobiliário tanto rústico como urbano, vai também sofrer reduções significativas, pela proximidade de uma mina.-----

Dada a sua orientação visual para a área do polígono de “Revelhe”, a paisagem conforme a vemos do miradouro do Monte da Forca, que tem sido tão publicitada e reverenciada nas redes sociais e tão visitada dado o investimento que foi feito nesse miradouro poderá, caso estes pedidos de prospeção resultem numa atividade de extração, ser substituída por um buraco a céu aberto, estéril e desprovido de vegetação, com largas vias de trânsito de maquinaria e veículos pesados que caracterizam sobretudo os métodos de exploração de cobre, muito invasivos.-----

Como cidadãos conscientes e com responsabilidades nesta União de Freguesias, temos o dever de nos manifestarmos quanto a este pedido e todos outros que ponham em questão o nosso território e o modo de vida das nossas gentes.-----

Posto isto, esta Assembleia deliberou unanimemente manifestar-se contra o pedido Pedido de Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa em Revelhe e qualquer implementação mineira, a registar nesta ata.-----

Ficou ainda registada neste manifesto, o parecer desfavorável do executivo desta União de Freguesias, que considera fundamental a preservação dos nossos ecossistemas, da nossa biodiversidade e acima de tudo da manutenção das nossas atividades agrícolas. Salientando a castanha como o nosso ex-libris, já que o cultivo do castanheiro faz parte da história e cultura, e como a verdadeira promotora do desenvolvimento económico, da nossa União de Freguesias.”-

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vinhais -----

Esta Assembleia Municipal, vindo ao encontro da preocupação no que concerne à sustentabilidade, agrícola, silvícola e ambiental, futura do nosso território, assim como as consequências que tais intervenções trariam às gerações futuras, vem por este meio manifestar-se contra a concessão de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais nas freguesias de Candedo, Santalha, Tuizelo, Vilar de Ossos e na União das Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos.-----

Em causa está um pedido que pode desencadear a exploração de minérios tais como: ouro, prata, cobre, chumbo, zinco entre outros minerais associados, numa área denominada “Revelhe” que abarca certas Áreas Classificadas, nomeadamente, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, o Parque Natural de Montesinho, a Zona Especial de Conservação de Montesinho/Nogueira.-----

Estas classificações derivam do território em causa se caracterizar pela presença confirmada de habitats naturais e de espécies da fauna e flora protegidas no âmbito das Diretivas Comunitárias Habitats e Aves, transpostas para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99, na sua redação atual. Peculiarmente, ao nível da flora, regista-se a presença confirmada de populações de espécies com estatuto de ameaça elevado de acordo com Livro Vermelho da Flora Vascular de Portugal Continental. Ao nível da fauna, verifica-se, designadamente, a interseção com um local Importante para a Conservação da toupeira-de-água e com o território de uma alcateia de lobo ibérico (Tuizelo).-----

Também as atividades agrícolas, florestais, pecuárias e turísticas em áreas protegidas são incompatíveis com a existência de mineração, uma das indústrias consideradas como sendo das mais poluentes e inteiramente incompatível com a produção de uma castanha de qualidade, como aquela que se produz no nosso concelho e de uma atividade cinegética, com grande representatividade nas aldeias do mesmo. O valor imobiliário tanto rústico como urbano, inevitavelmente irá sofrer reduções significativas, pela proximidade de complexos mineiros.---

Dada a sua orientação visual para a área de “Revelhe”, a paisagem conforme a contemplamos do miradouro do Monte da Forca, a qual tem sido tão propagandeada e reverenciada nas redes sociais e tão visitada dado o investimento que foi realizado nesse miradouro poderá, caso estes pedidos de prospeção emergjam numa atividade de extração, ser substituída por um buraco a céu aberto, estéril e desolador.-----

Por tudo isto, atendendo à natureza da pretensão em causa, consideramos que a mesma é suscetível de criar impactos negativos relevantes no que concerne aos valores naturais classificados, e que a fortuita exploração dos depósitos minerais no futuro produziria também impactos no que à sustentabilidade, agrícola, silvícola e ambiental diz respeito, não sendo os mesmos minimizáveis, nem compensáveis.”-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira para sugerir que no Manifesto apresentado pela Coligação fosse incluída a área designada por “Valongo 2”, uma vez que esta também abrange aldeias do Concelho de Vinhais. -----

Seguidamente solicitou a palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira para

referir que corroborava com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira, relativamente à inclusão da área denominada “Valongo 2” no manifesto supracitado. Nesse sentido, venceu que a bancada da Coligação era profundamente contra a exploração mineira, seja ela qual for, no Concelho de Vinhais, bem como na Região do Norte do País.----- De seguida propôs que fosse elaborada uma Moção em conjunto com a bancada do Partido Socialista, reunindo as condições sinalizadas nos dois Manifestos apresentados, e posteriormente a tomada de posição desta Assembleia Municipal fosse remetida à Assembleia da República e a outras entidades competentes, bem como a sua divulgação através de meios de comunicação.---

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu algum tempo para inscrição dos Senhores Deputados que quisessem intervir, tendo demonstrado essa intenção os Senhores Deputados:-----

- Miguel António Fernandes;-----
- José Gonçalves Afonso;-----
- Manuel Luís Pinto Castanheira;-----
- Hugo Sérgio Gonçalves Barreira;-----
- Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida;-----
- Maria de Lourdes de Freitas;-----
- Marcos Miguel Ventura Pimentel.-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Miguel António Fernandes, Presidente da Junta da Freguesia de Vila Verde leu uma intervenção que a seguir se transcreve:-----

“Muito bom dia -----
Senhor Presidente da Assembleia -----
Senhor Secretários da Mesa -----
Senhor Presidente de Câmara-----
Senhores Vereadores -----
Deputados Municipais-----
Colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia-----
Caro Público -----
Antes de demais quero, nesta época especial do ano, aproveitar a oportunidade para vos enviar uma mensagem de Natal cheia de amor, esperança e fraternidade.-----
Que esta quadra festiva traga momentos de alegria, paz e união junto dos vossos entes queridos.-

Este ano foi repleto de desafios, mas também de conquistas e aprendizagens. Juntos, conseguimos criar melhores condições de vida para as gentes do nosso Concelho e enfrentar as adversidades com coragem e solidariedade.-----

Que o espírito natalício nos inspire a continuar a trabalhar em prol do bem-estar das nossas gentes e a cultivar laços de amizade e cooperação.-----

Desejo-vos um Natal mágico, repleto de amor e felicidade, e um Ano Novo cheio de saúde, prosperidade e novas oportunidades.-----

Quero levar ao conhecimento de todos vós que foi levada à reunião de Junta de Freguesia de Vila Verde, dia 25 de novembro e de Assembleia de Freguesia dia 8 de dezembro, uma proposta contra o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Níquel, Cobalto, Cobre, Platinoídes e minerais associados à empresa GMR Consultores, Lda., a qual passo a ler:-----

PROPOSTA:-----

Assunto: Proposta contra o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Níquel, Cobalto, Cobre, Platinoídes e minerais associados à empresa GMR Consultores, Lda.-----

Considerando os recentes desenvolvimentos relacionados com a prospeção de minério na nossa freguesia venho, apresentar a seguinte proposta para ser discutida e votada:-----

1. Introdução -----

A nossa freguesia é marcada pela sua riqueza natural, paisagens deslumbrantes, e recursos ambientais fantásticos, que são fundamentais para o bem-estar dos seus habitantes, para o desenvolvimento da agricultura e do turismo, assim como para proporcionar uma excelente qualidade de vida para os residentes.-----

A prospeção e exploração de minérios, especialmente quando realizada de forma irresponsável, pode colocar em risco os ecossistemas locais, os recursos hídricos e a saúde pública.-----

2. Fundamentação-----

A prospeção de minério é uma atividade que, embora possa gerar lucro a curto prazo, para grandes empresas, traz sempre consigo impactos negativos de longo prazo, para as populações, tais como:-----

Degradação do Meio Ambiente: A exploração de minérios, se não realizada com extrema cautela, pode destruir habitats naturais, afetando a flora e a fauna da região, além de poluir os solos e cursos de água.-----

Perda de Recursos Hídricos: A extração de minérios pode comprometer o abastecimento de

água potável, essencial para a agricultura e para o consumo humano.-----

Impacto na Saúde Pública: A atividade mineira pode gerar poluição atmosférica e sonora, afetando a qualidade de vida dos habitantes e colocando em risco a saúde das pessoas.-----

Desvalorização da Propriedade Imobiliária: A prospeção e exploração mineira pode levar à desvalorização das propriedades, afetando negativamente a economia local.-----

Impactos no Turismo: A nossa Freguesia é um destino turístico, pois é nela que se encontra instalado o Parque Biológico de Vinhais, que pela sua beleza natural, cativa imensa gente, e qualquer dano ambiental pode afastar turistas, o que resultaria em perda de receitas para a economia local.-----

3. Posicionamento da Junta de Freguesia de Vila Verde -----

Face aos riscos apresentados, a Junta de Freguesia de Vila Verde considera que a prospeção e consequente exploração de minérios na nossa freguesia deve ser proibida. Portanto, proponho:--

Emissão de um parecer negativo sobre a prospeção de minérios na nossa Freguesia, com a fundamentação dos riscos ambientais, sociais e económicos mencionados.-----

Contactar as autoridades competentes, como o Ministério do Ambiente, Direção Geral de Energia e Geologia, bem como à Câmara Municipal que tomem medidas para bloquear ou não conceder licenças de prospeção/exploração mineira na nossa região.-----

4. Conclusão -----

A nossa Freguesia deve ser preservada para as futuras gerações, garantindo um ambiente saudável e sustentável. Não podemos permitir que a procura de lucros a curto prazo por grandes empresas, coloque em risco o nosso futuro. -----

Apelo, deste modo a todos os membros desta Junta de Freguesia para que esta proposta seja aprovada, demonstrando o nosso compromisso com o bem-estar da nossa terra e das pessoas que nela vivem.-----

Agradeço desde já a atenção de todos e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional.-----

Vila Verde, 25 de novembro de 2024-----

O Presidente de Junta de Freguesia-----

Miguel Fernandes-----

Informo que esta proposta depois de analisada por todos os elementos, foi aprovada por unanimidade, na reunião de Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia.-----

Este modelo de proposta foi enviado para todas as freguesias que estão inseridas nos polígonos Valongo 2 e Revelhe, a qual, segundo eu sei, depois de feitas as devidas alterações de acordo

com as situações concretas de cada freguesia, está a ser analisada e votada nas respetivas reuniões de acordo com a agenda, pois nem todas as Assembleias de Freguesias conseguiram reunir antes desta Assembleia Municipal.-----

Acredito que até ao final do ano tenhamos uma resposta concreta de todas as Juntas envolvidas, para depois fazermos uma comunicação conjunta, uma vez que este assunto é do interesse de todos.-----

SOZINHOS VAMOS MAIS RÁPIDO, JUNTOS VAMOS MAIS LONGE.-----

Não podia terminar a minha intervenção sem fazer um agradecimento público a todos os produtores de fumeiro de Vinhais, por mais uma vez colocarem a ALHEIRA DE VINHAIS, como o melhor enchido do MUNDO, segundo a plataforma TasteAtlas. Este "prémio" tem de ir diretamente e exclusivo para todos os produtores de Fumeiro, pois são eles os verdadeiros Mestres do saber fazer desta relíquia.-----

A todos o meu muito obrigado, por fazerem desta iguaria o MELHOR ENCHIDO DO MUNDO, e conseqüentemente levar o nome de Vinhais a todo lado.”-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado José Gonçalves Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Tuizelo, iniciou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida leu uma intervenção do seguinte teor:-----

“Proposta da Junta de Freguesia de Tuizelo contra o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais associados ao projeto “Revelhe e Valongo 2”.-----

Tendo em conta os desenvolvimentos e depois de ouvidas as apresentações levadas a cabo pela empresa GMR no que diz respeito à prospeção de minério na nossa Freguesia, entendemos, apresentar uma moção contra a dita prospeção e pesquisa.-----

A nossa Freguesia tem como todos sabemos as minas da jariça, minas de ouro segundo consta e minas já estudadas várias vezes em várias décadas, mas que não passaram disso mesmo, de um estudo precisamente por não terem as quantidades de ouro suficientes para passar à fase seguinte da exploração. Então a pergunta que fica é a seguinte para que um novo estudo? E pior, para que estudar os terrenos particulares fora da mina, entrando no coração da Freguesia e pior ainda, numa aérea protegida pelo Parque Natural de Montesinho.-----

As nossas gentes vivem da agricultura e da criação de gado para isso necessitam dos seus terrenos virgens de qualquer contacto, como sabemos por exemplos que nos chegam de bem perto, Boticas por exemplo, agora as novas empreitadas nestas áreas são efetuadas com grandes máquinas que causam graves problemas aos solos, alguns deles ficam irrecuperáveis.-----

Sabemos também que causam poluição sonora, que contaminam as vias de água, que vai ter impacto negativo no turismo, e vai ser um foco contaminante da saúde pública da nossa população.-----

Sendo certo que, as vantagens que isso possa trazer para os senhores das minas, diga-se da empresa, no nosso entender são desvantagens para a nossa população, pois a prospeção e extração de minério é uma atividade que embora possa gerar lucro a curto prazo para as grandes empresas, traz sempre consigo impactos negativos de longo prazo para as populações tais como os referidos atrás.-----

Por todos os fatores apresentados, a Freguesia de Tuizelo, apresenta-se contra, de forma a manter o futuro da nossa freguesia tendo em conta as gerações vindouras. -----

Assim, pedidos aos trabalhos desta Assembleia Municipal para que se emita um parecer negativo à prospeção e pesquisa de minérios na nossa Freguesia, bem como nas freguesias vizinhas.-----

Propomos ainda, Fazer chegar a nossa voz, às autoridades competentes, como o Ministério do Ambiente e Energia, a Direção-Geral de Energia e Geologia para que estas entidades tomem medidas no sentido de cancelar a prospeção e pesquisa, bem como a exploração mineral na nossa região. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira leu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal -----

Excelentíssima Sr.^a Secretária -----

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e vereadores presentes -----

Excelentíssimos senhores deputados-----

Excelentíssimos Presidentes das Junta e Uniões de Freguesia-----

Estimado público-----

Vou falar sobre prospeção mineira no nosso concelho e a consulta pública que recentemente terminou sobre os projetos Valongo2 e Revelhe. Eles procuram depósitos minerais como Níquel, Cobalto, Cobre, Platinóides e outros minerais. -----

Quero expressar a minha profunda preocupação relativamente à possível prospeção de minério no nosso concelho e ao que aí vem fruto das pressões europeias. Esta é uma questão que exige de todos nós, cidadãos e autoridades locais, uma atenção redobrada e uma postura firme, pois as consequências de tal exploração podem ser devastadoras para o nosso território e para as nossas gentes. Vivemos numa terra rica em história, cultura e, acima de tudo, em recursos naturais. No entanto, devemos ter a consciência de que a exploração desenfreada destes recursos, poderá trazer

consequências irreparáveis para o nosso ambiente, para a nossa qualidade de vida e para o nosso futuro, para os que aqui habitarão depois de nós que são os nossos descendentes. -----

Estes minerais trazem diversos malefícios potenciais para a população, fauna e flora das regiões exploradas. Os principais impactos incluem a degradação ambiental, poluição de solos e águas, perda de biodiversidade, e efeitos negativos à saúde humana.-----

1. Poluição das Águas• Contaminação de lençóis freáticos e corpos hídricos: • Resíduos e metais pesados: Substâncias como níquel, cobalto e cobre, quando liberadas em grandes quantidades, podem ser tóxicas para organismos aquáticos e, em último caso, para o consumo humano. • Redução da disponibilidade de água. -----

2. Poluição do Solo e Ar• Deposição de metais pesados no solo:• Emissão de partículas e gases tóxicos: • Chuva ácida. -----

3. Impacto na Biodiversidade • Perda de espécies: A mineração pode levar à extinção local de espécies, principalmente daquelas endêmicas ou vulneráveis, devido à destruição de habitats e à poluição ambiental. • Perturbação de ecossistemas aquáticos • Mudança nos padrões ecológicos.-

4. Riscos à Saúde Humana• Exposição a metais tóxicos: A população pode ser exposta a metais pesados, como níquel e cobalto, por meio da água e do solo contaminado. Esses elementos podem causar problemas neurológicos, respiratórios, renais e até cancro quando em exposições prolongadas. • Doenças respiratórias: A poluição atmosférica gerada pelas atividades mineradoras é um fator de risco para doenças respiratórias, especialmente para crianças e idosos que vivem próximos às áreas de mineração. • Riscos ocupacionais: Trabalhadores envolvidos na mineração enfrentam riscos de saúde, como intoxicação por metais e exposição a poeiras e produtos químicos que podem causar doenças crônicas.-----

5. Impactos Sociais e Económicos• Deslocamento de populações: Comunidades locais podem ser forçadas a deixar as suas terras devido à instalação de projetos mineiros, o que causa perda de modos de vida tradicionais e impactos sociais graves. • Mudanças na economia local: A mineração pode desestabilizar economias locais, pois atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, podem se tornar inviáveis pela contaminação e degradação ambiental. • Conflitos sociais: Disputas pelo uso do solo e pelo acesso a recursos hídricos frequentemente surgem em áreas de mineração, levando a conflitos entre empresas, governo e comunidades locais.-----

6. Dificuldades de Recuperação Ambiental• Impacto de longa duração: Mesmo após o encerramento das atividades mineiras, a recuperação total do ecossistema original é difícil e, muitas vezes, impossível. A presença de resíduos, solos contaminados e a alteração permanente da paisagem dificultam a regeneração.-----

7.Custo elevado de recuperação: O processo de recuperação ambiental é caro e, em alguns casos,

pode levar décadas, especialmente para neutralizar a drenagem ácida e remover metais pesados de corpos hídricos e solos.-----

A pressão pela exploração mineira será, sem dúvida, grande nos próximos tempos. A nível global, assistimos a um crescente interesse por matérias-primas e por minerais, e o nosso concelho, com as suas riquezas subterrâneas, pode ser alvo de um processo de exploração predatória que, ao invés de beneficiar a nossa comunidade, poderá colocá-la em risco.-----

As nossas gentes, o nosso modo de vida, a nossa agricultura, a nossa biodiversidade, tudo o que torna Vinhais um concelho único, estará em risco. A exploração de minério, traz consigo a degradação do solo, a contaminação dos cursos de água e a perda de habitats naturais. E, no final, o que fica para as nossas gentes? O que ganham os habitantes de Vinhais com a destruição da sua terra, com a degradação dos seus recursos e com a perda da sua identidade?-----

Por isso, apelo a todos os presentes nesta Assembleia Municipal para que sejamos vigilantes e ativos na defesa do nosso concelho. -----

A nossa terra e as nossas gentes merecem mais do que promessas vazias e promessas de progresso que só favorecem uns poucos. Precisamos de um desenvolvimento económico que seja verdadeiramente inclusivo, que proteja o nosso património natural e que respeite o nosso modo de vida. Não podemos permitir que o apetite por recursos naturais destrua o que temos de mais valioso.-----

Que esta Assembleia Municipal se mantenha atenta e firme na defesa do nosso concelho, e que, com união e determinação, possamos garantir um futuro melhor para Vinhais e para todos os que aqui vivem.-----

Termino desejando Boas festas a todos e feliz Ano Novo.”-----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira para reiterar que fosse elaborada uma Moção em conjunto, aprovada nesta Assembleia Municipal e posteriormente enviada para a Assembleia da República e respetivos Ministérios.-----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que uma moção elaborada em conjunto teria mais força junto das entidades, pois quanto a este assunto, todos comungamos da mesma opinião. -----

Mais referiu que em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia trinta e um de outubro do corrente ano, foi aprovada uma proposta onde manifestou a sua oposição na atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, nas áreas designadas “Castrelos”, “Revelhe” e “Valongo2” e foi posteriormente enviada à Direção-Geral de Energia e Geologia, por carta registada, bem como submetida no Portal Participa.pt. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida iniciou por desejar a todos os presentes, nesta Quadra Natalícia boas festas e de seguida leu a seguinte intervenção: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa de Assembleia e restantes elementos-----

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vinhais -----

Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vinhais-----

Srs. Vereadores -----

Sras. e Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia-----

Caríssimos colegas, deputados municipais e público presente.-----

Sr. Presidente-----

É com grande satisfação que me dirijo a vós para reconhecer e parabenizar o extraordinário trabalho que a Câmara Municipal de Vinhais tem desenvolvido em benefício da nossa comunidade.-----

Vivemos tempos em que a gestão pública exige mais do que soluções pontuais. Requer visão, compromisso e, acima de tudo, sensibilidade para entender as reais necessidades das pessoas. E é precisamente isso que Vinhais tem demonstrado: uma gestão voltada para o bem-estar da sua população, promovendo o desenvolvimento e a qualidade de vida em múltiplas frentes.-----

Permitam-me então destacar três ações importantes que simbolizam o compromisso com a qualidade de vida, a inclusão e o progresso.-----

Em primeiro lugar, a aprovação da requalificação de 20 habitações ao abrigo do programa 1º Direito. Trata-se de um investimento de cerca de um milhão e oitocentos mil euros. Este é um projeto que vai muito além de tijolos e cimento. Representa uma oportunidade de dar a mais famílias de Vinhais um lar digno e confortável, devolvendo-lhes a esperança e o sentimento de pertença. A habitação é um direito fundamental, e este passo reflete o profundo compromisso com a inclusão social e com um futuro melhor para todos.-----

Neste âmbito dar também, aos profissionais que realizaram a candidatura, os parabéns e agradecer-lhes pelo profissionalismo e dedicação.-----

Em segundo lugar, quero enaltecer a visão e o cuidado demonstrados com a aquisição de uma viatura destinada ao transporte de doentes oncológicos. Esta iniciativa, tão humanitária quanto necessária, é uma resposta concreta a um problema real que afeta muitas famílias. Sabemos que o diagnóstico de uma doença oncológica traz desafios não só ao nível físico e emocional, mas também logístico.-----

Esta iniciativa, garante que ninguém do Concelho de Vinhais enfrente dificuldades acrescidas

para aceder a tratamentos médicos essenciais e traduz um ato de empatia e respeito pela dignidade daqueles que enfrentam este desafio, garantindo segurança e conforto.-----

Por último, mas não menos importante, quero felicitar a Câmara Municipal pela requalificação dos campos de jogos e pela criação de um campo de padel. Este desporto tem registado um crescimento notável em Portugal nos últimos anos. Estima-se que existam cerca de 200 mil praticantes e aproximadamente 960 campos distribuídos por mais de 195 clubes em todo o país. No entanto a grande maioria são de gestão privada. No distrito de Bragança apenas existem 2 campos públicos (Vinhais e Macedo) e 4 campos de gestão privada em Bragança.-----

Esta iniciativa é mais do que um investimento numa infraestrutura; é um investimento num desporto em expansão em Portugal na promoção da saúde, do desporto e do lazer. Além de incentivar estilos de vida saudáveis, este projeto oferece à nossa comunidade um espaço atual e inclusivo onde todos, desde crianças até adultos, podem conviver, divertir-se e fortalecer os laços que nos unem como comunidade.-----

Estas ações demonstram que Vinhais é uma terra que avança, que cuida dos seus e que valoriza o que realmente importa: as pessoas. Por isso, deixo aqui os meus sinceros parabéns à Câmara Municipal de Vinhais e a todos os que, com esforço e dedicação, têm contribuído para tornar estas conquistas uma realidade.-----

A política não pode ser um palco de vaidades ou um trampolim para o poder, mas sim um espaço de entrega ao bem comum e o compromisso com o serviço público.-----

Agradeço em nome de todos os que se beneficiam destas iniciativas e, acima de tudo, em nome de todos os que acreditam no poder transformador de uma gestão pública feita com paixão e propósito. -----

Que este exemplo inspire outros e que possamos continuar a celebrar o progresso construir um concelho justo, dinâmico e inovador.”-----

De seguida concedida a palavra à Senhora Deputada Maria de Lourdes de Freitas iniciou por cumprimentar todos os presentes, e na qualidade de Coordenadora do Conselho de Docentes do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas D. Afonso III de Vinhais, referiu que este ano tendo tomado a iniciativa de descentralizar as atividades realizadas pelo Agrupamento, foi realizado o Magusto Escolar dos alunos do 1.º Ciclo na Escola Básica de Rebordelo.-----

Nesse sentido pretendia deixar uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo, Marcos Miguel Ventura Pimentel, pela forma calorosa e acolhedora como foram recebidos os alunos, os professores e os auxiliares, tendo sido uma iniciativa com um resultado muito positivo, no qual os professores adoraram e que os alunos tiveram a oportunidade de participar em várias atividades, com o objetivo de proporcionar um saudável convívio, com boa

disposição e diversão.-----

Agradeceu também à Câmara Municipal pela disponibilidade de transporte, pois sem este apoio não seria possível a realização destes eventos, sendo até uma forma dos alunos conhecerem as aldeias do nosso Concelho. -----

Informou ainda que na época da Páscoa, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, iria receber também os alunos do 1.º Ciclo para a confecção do folar.-----

No uso da palavra o Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas o tinha incumbido de parabenizar o Município de Vinhais, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela forma célere como foi reconstruída a habitação que tinha ficado destruída na sequência de um incêndio ocorrido no mês de outubro passado. -----

De seguida questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que candidaturas o Município tinha aprovadas, quais as obras que já se encontravam realizadas no âmbito do novo Quadro Comunitário-Portugal 2030, bem como as prioridades e estratégias no âmbito do Plano de Recuperação e de Resiliência (PRR).-----

Para terminar desejou um feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os presentes.-----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira leu uma intervenção que a seguir se transcreve: -----

“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal-----

Excelentíssima Sr^a. Secretária-----

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e Vereadores presentes-----

Excelentíssimos Senhores Deputados-----

Excelentíssimos Presidentes das Junta e Uniões de Freguesia-----

Estimado público. -----

Dirijo-me a esta assembleia começando por agradecer a todos pela atenção e pelo trabalho que diariamente desenvolvem em prol da nossa comunidade. É inegável que alguns têm contribuído mais que outros, fruto dos diferentes graus de empenho e das diversas qualidades envolvidas em cada cargo. Hoje, quero abordar aqui 3 pontos:-----

1. No 1.º Ponto, quero recordar o centenário de Mário Soares, que se comemorou no passado dia 7 de dezembro de 2024. Líder e fundador do Partido Socialista, Mário Soares não foi apenas uma referência política, mas também um verdadeiro defensor da democracia, da liberdade e da justiça

social, princípios que continuam a ser a base do nosso Estado de direito e da nossa identidade coletiva. Esta é uma oportunidade para refletirmos sobre o seu legado e a importância da sua obra, o que nos deve inspirar enquanto cidadãos conscientes e ativos.-----

2. No 2.º ponto quero dirigir-me ao trabalho que este Executivo tem realizado em prol do nosso concelho e das nossas gentes. A cada dia que passa, vemos o esforço coletivo deste grupo de trabalho, que tem procurado melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho de Vinhais e desenvolver o nosso concelho em todos os setores da atividade autárquica, com honestidade, transparência e integridade. -----

O trabalho deste Executivo tem sido, sem dúvida, herculeano dado o enorme corte de financiamento que sofreu. Em tempos desafiantes e com recursos muitas vezes limitados, esta Câmara tem conseguido fazer a diferença, demonstrando uma enorme capacidade de adaptação, resiliência e, acima de tudo, de compromisso com a nossa terra. Seja na área da educação, da saúde, da mobilidade, da cultura, da agricultura ou do turismo, tenho assistido a um trabalho que visa, não apenas resolver problemas imediatos, mas também construir uma base sólida para o futuro de Vinhais.-----

Vinhais tem de demonstrar, de forma clara e consistente, uma grande capacidade de planeamento, execução e adaptação às novas oportunidades que surgem, especialmente no contexto da União Europeia. Temos de aproveitar os fundos europeus de forma estratégica e eficiente, para alavancar o nosso concelho, trazendo benefícios concretos para a população e para o desenvolvimento sustentável do território. Destaco os projetos que são um reflexo do trabalho sério e empenhado da Câmara, que tem, com sensatez, investido nas áreas que mais impactam o quotidiano da nossa comunidade. Os projetos sociais, habitacionais, culturais, desportivos, etc que foram implementados têm sido fundamentais para reforçar o sentido de identidade e de união entre as nossas gentes.-----

Nos projetos em desenvolvimento, não podemos deixar de salientar a continuidade do trabalho em diversas áreas. Contudo, é importante referir que, além dos projetos já concretizados e em curso, temos em Vinhais uma grande oportunidade de crescimento e desenvolvimento com o novo Quadro Comunitário o Portugal 2030 e é com grande satisfação que vejo que a Câmara Municipal tem estado a trabalhar de forma eficaz para garantir que o nosso concelho esteja alinhado com as prioridades e os objetivos da União Europeia ao apresentar vários projetos. É fundamental trazer investimentos para áreas cruciais, como a transição energética, a sustentabilidade ambiental, a transformação digital, a promoção do turismo sustentável e a inovação nos setores agrícola e rural que visam colocar Vinhais numa posição de vanguarda. Estes projetos não são apenas investimentos em infraestruturas, mas sim em qualidade de vida para as nossas populações e num futuro mais próspero e sustentável para Vinhais. Os benefícios

que estas candidaturas trarão serão evidentes em diversas áreas da nossa vida quotidiana. A nossa terra tem agora à sua disposição uma oportunidade única de se posicionar de forma competitiva no cenário europeu, criando oportunidades de emprego, impulsionando a inovação e promovendo a sustentabilidade. "Como diria o célebre escritor francês Víctor Hugo, 'Há uma coisa mais poderosíssima do que a própria força: a força da ideia'. E assim, com uma boa gestão dos dinheiros públicos, transformamos a força das ideias em realidades que brilham como estrelas no céu do bem comum!"-----

3. O terceiro ponto é para falar das festas de inverno e, em particular, da Festa da Cabra e do Canhoto de Cidões. As festas de inverno têm um papel essencial na promoção das nossas tradições, na valorização do nosso património cultural e no fortalecimento do sentido de comunidade. São eventos que atraem não só os nossos conterrâneos, mas também visitantes de outras localidades nacionais e internacionais, contribuindo para a dinamização económica e social da região. Agradecer a muitos e em especial à Câmara Municipal de Vinhais pelo apoio que nos tem dado. No entanto, para que esses eventos sejam realizados com o profissionalismo que exigem e com o sucesso que merecem, é fundamental o decisivo maior envolvimento da Câmara Municipal. O evento de Cidões é, sem dúvida, um dos marcos culturais e tradicionais mais significativos neste momento do concelho de Vinhais, e representa uma enorme mais-valia para a nossa identidade e para o turismo local. No entanto, a sua organização e o seu desenvolvimento precisam de mais atenção, apoio e, sobretudo, de uma colaboração mais eficaz da parte da Câmara Municipal de Vinhais. É importante frisar que a organização do evento está a ser feita por um grupo de pessoas voluntárias da freguesia, que, embora com muito entusiasmo e dedicação, não têm as condições necessárias para dar resposta ao grande desafio que é a realização de um evento da magnitude que já atingiu. A festa tem crescido ao longo dos anos e, embora seja um reflexo da força da nossa tradição, está a ser realizada com recursos limitados, o que coloca em risco a sua sustentabilidade e o seu crescimento.-----

Este ano, tivemos o privilégio de receber milhares de visitantes, um sinal do sucesso e da popularidade crescente deste evento. No entanto, é inaceitável que muitos dos nossos visitantes não tenham conseguido entrar e desfrutar da festa, levando a uma situação que não podemos permitir que se repita.-----

O cenário foi preocupante. O trânsito teve de ser cortado pela GNR na ponte do Manhuço para impedir a entrada de mais pessoas, criando grandes incómodos e insatisfação. Este episódio evidencia a necessidade urgente de uma mudança de paradigma na organização deste evento que é, sem dúvida, uma das nossas bandeiras.-----

A Câmara Municipal de Vinhais deve adotar uma atitude mais proativa e de maior apoio na organização da festa, incluindo a criação de infraestruturas adequadas que garantam a segurança

e a fluidez do tráfego. Precisamos de um planeamento mais rigoroso que envolva a deslocação de diversos efetivos, segurança, adequação do espaço e, acima de tudo, uma estratégia clara para gerir o fluxo de visitantes e proporcionar-lhes experiências positivas.-----

Não podemos esquecer que eventos como a Festa da Cabra e do Canhoto de Cidões não são apenas uma celebração das nossas tradições, mas também uma oportunidade para promover o nosso concelho e potenciar a nossa economia local. Por isso, é vital que consigamos proporcionar uma experiência positiva tanto aos nossos cidadãos como aos visitantes.-----

Apelo, portanto, ao executivo municipal para que trabalhem juntos na implementação de medidas que evitem que situações como a deste ano se repitam. Devemos assegurar que, no futuro, todos os que queiram participar na festa possam fazê-lo, sem constrangimentos ou frustrações.-----

Uma verdadeira festa deve ser um acolhimento, um convite à festividade e à partilha. Queremos garantir que a Festa da Cabra e do Canhoto de Cidões se torne um exemplo de organização e hospitalidade, refletindo a qualidade e a generosidade do nosso concelho.-----

Já agora, pergunto senhor presidente, está para quando o alargamento da estrada entre a ponte do Manhuço e Cidões? São só 1000 metros.-----

Por isso, apelo a sua Ex.^a Senhor Presidente da Câmara Municipal para que dê outra atenção a este evento, oferecendo melhores condições, mais financiamento e uma colaboração ativa na sua organização. É essencial que a nossa autarquia se envolva mais diretamente, garantindo o apoio necessário para que esta festa seja pensada e organizada de forma mais profissional e eficiente, sem sobrecarregar a comunidade local. A expertise da Câmara Municipal na organização de grandes eventos tem de ser colocada ao serviço da organização dos eventos futuros. A experiência, a capacidade de articulação com os diversos agentes e o apoio técnico e financeiro que a Câmara pode oferecer são fundamentais para o seu sucesso e crescimento. Vinhais precisa de oportunidades que tragam mais visitantes, que promovam a nossa cultura e que mostrem ao mundo o que temos de melhor. Mas, para que isso aconteça, é crucial que haja um planeamento adequado, uma execução eficaz e um acompanhamento próximo das instituições municipais. Apelo a que mais esforços sejam feitos, envolvendo as associações locais, empresários e a população, com o intuito de tornar este evento cada vez mais atrativo e consolidado no calendário festivo da nossa região e de Portugal. A promoção das nossas tradições é também uma forma de atrair visitantes e de valorizar a nossa cultura.-----

Não podemos permitir que a Festa da Cabra e do Canhoto, se veja limitada pelas condições que atualmente existem. A nossa terra e as nossas gentes merecem que este evento seja realizado à altura das suas potencialidades, com um nível de organização que faça jus à sua importância para o concelho e à sua repercussão fora das nossas fronteiras.-----

Portanto, deixo aqui o meu apelo à Câmara Municipal para que se comprometa a dar a este evento a atenção e o apoio que ele merece. Só assim poderemos garantir que a Festa da Cabra e do Canhoto de Cidões, e todas as festas de inverno que engrandecem a nossa região, possam continuar a ser celebradas com o profissionalismo e o sucesso que Vinhais necessita de modo a torná-las ainda mais atrativas e significativas. O nosso concelho tem todas as condições para se afirmar como um destino de excelência, não as desaproveitemos.-----

Termino desejando Boas festas a todos e feliz Ano Novo.”-----

De seguida solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira para referir que, corroborava com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira relativamente à questão da Festa da Cabra e do Canhoto. Nesse sentido, reforçou que tendo em consideração a projeção que atingiram as Festas de Inverno do nosso Concelho, se torna urgente repensar qual a melhor maneira de continuar a contribuir para o sucesso destas festas. -----

Disse ainda que, agradecia à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vereador Artur Jorge Pereira dos Santos Marques pelo seu esforço, empenho, dedicação, apoio incondicional e imprescindível na realização da respetiva festa, em prol da cultura do nosso Concelho, sendo do seu apanágio agradecer sempre a quem auxilia as Instituições das quais faz parte. -----

Mais disse que, desejava que a Festa da Cabra e do Canhoto para o ano de dois mil e vinte e cinco fosse aperfeiçoada, que conseguisse atingir cinco mil visitantes, tal como anseia o Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira. -----

Por fim, desejou a todos os presentes Boas Festas e um Feliz Natal com muita saúde. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as intervenções proferidas, iniciando pela intervenção do Senhor Deputado Miguel António Fernandes que demonstrou a sua preocupação relativamente à prospeção na sua Freguesia.-----

Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida disse que continuará a ser apanágio deste Executivo, tal como já referiu várias vezes, que aquilo que verdadeiramente conta são as pessoas, e que as palavras elencadas pelo Senhor Deputado vincam essa prioridade, quer na vertente da ação social, quer na vertente habitacional, tal como demonstra a candidatura financiada a cem por cento, elaborada pelo Município no âmbito do PRR/1.º Direito, destinado à Reabilitação de vinte (20) moradias de habitação social, sendo doze no Bairro do Calvário e oito no Bairro da Ucha, no valor de aproximadamente dois milhões de euros (2.000.000,00€). -----

Neste sentido, informou que a empreitada de “Reabilitação de moradias de habitação social no Bairro do Calvário” se encontra, neste momento, em fase de concurso, no valor de um milhão trinta e cinco mil e quinhentos euros (1.035.500,00 €). -----

No que concerne aos campos de jogos, frisou a importância dos espaços de lazer, sendo que a criação do campo de padel veio complementar o Complexo Desportivo, permitindo a atração de amantes desta modalidade e visitantes, bem como a promoção de prática desportiva no nosso Concelho. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Maria de Lourdes de Freitas, quanto à descentralização das atividades escolares dos alunos do 1.º Ciclo, congratulou o excelente trabalho pela coordenação e organização por parte da Professora Lurdes, bem como pela colaboração prestada pela Junta de Freguesia de Rebordelo, para a realização do Magusto Escolar, na Escola Básica de Rebordelo.-----

Nesta temática enalteceu as Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias pelo trabalho que tem vindo a desempenhar e que no futuro certamente darão continuidade para que esta tipologia de atividades, entre outras se possam realizar. -----

No tocante à intervenção do Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel relativamente à questão do incêndio habitacional ocorrido em Penhas Juntas disse que, o Executivo tinha agido em colaboração com a respetiva Junta de Freguesia, no sentido de agilizar a reabilitação da moradia em causa. -----

Mais disse que, em relação às submissões das candidaturas do novo Quadro Comunitário, o Órgão Executivo estava atento e a fazer de tudo para aproveitar até ao cêntimo os Fundos Europeus sendo um dos exemplos a candidatura do 1º Direito, a qual é reflexo da boa gestão financeira em que se encontra o Município.-----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira relativamente ao centenário de Mário Soares, referiu que foi uma pessoa que marcou a história de Portugal, sendo ele o responsável por algo que se vive neste momento, ou seja a Liberdade. -----

No que concerne às Festas de Inverno disse que, tem sido uma aposta deste Executivo a preservação, valorização e a promoção de todos estes eventos. -----

Relativamente à Festa da Cabra e do Canhoto e atendendo ao seu crescimento e dinamismo, fruto do trabalho e empenho de todas as entidades envolvidas, colaboradores e pela sua simbologia, era necessário rever uma estratégia em colaboração, com o intuito de dinamizar ainda mais a respetiva festa. Porém, a estratégia não poderia passar pela alteração de espaço, pelo que até à

data, o solicitado por parte da Associação Raízes da Aldeia de Cidões à Câmara Municipal foi sempre no sentido de apoiar financeiramente, bem como, para apoiar na vertente logística de montagem de tendas, stands, entre outros, à semelhança dos anos anteriores, no qual a Câmara Municipal tem prestado sempre o apoio que lhes é solicitado. Nesse sentido, e atendendo ao crescimento que esta festa tem, terá que ser tratado de outra forma, tornando-se necessário em conjunto, encontrar uma solução que permita valorizar ainda mais este evento, sendo que merecem um grande reconhecimento, não só pelo Executivo, mas por esta Assembleia Municipal e por todo o Concelho, pelo trabalho ali realizado. Mais disse que o Executivo está e estará sempre disponível para ajudar e para colaborar no que for necessário. -----

Quanto à melhoria de acessibilidades, referiu a intervenção do alargamento da Estrada Municipal no qual foi retirada uma curva acentuada, para facilitar o acesso e circulação na povoação de Cidões.-----

Para finalizar venceu que foram realizadas intervenções em colaboração com a Junta de Freguesia de Vilar de Peregrinos e com a concordância da população da povoação de Cidões, designadamente com a ampliação do largo em frente da Sede da respetiva Associação, devidamente pavimentada com cubos de granito, bem como a construção de um muro de suporte.-----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Manuel Luís Pinto Castanheira para referir que a Câmara Municipal, bem como à semelhança dos Executivos anteriores, sempre estiveram disponíveis para dar resposta ao solicitado pela Direção da Associação Raízes da Aldeia de Cidões. Porém, tendo em consideração a dimensão deste evento, a Associação, por si só, já não consegue dar resposta ao crescimento deste evento, por isso urge a necessidade de um maior apoio por parte do Município para a organização e concretização deste evento.-----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira referiu que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver um excelente trabalho em prol da continuidade das Festas de Inverno do Concelho e que estas deveriam ser pensadas como um todo, no sentido de criar boas condições em todas as localidades onde as respetivas Festas se realizam, para que não haja constrangimentos, como os que ocorreram este ano na Festa da Cabra e do Canhoto. -- Para finalizar lançou um repto à Câmara Municipal, no sentido de ter outra ambição sobre as festas de inverno do Concelho, tal como tiveram os Caretos de Podence que foram declarados Património Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, reforçando a sua riqueza cultural, bem como a sua identidade local.-----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, relativamente ao ponto em discussão.-----

Concedidos alguns minutos, não se verificaram inscrições sobre este ponto da ordem de trabalhos. -----

A ata foi previamente enviada a todos os membros e dispensada a sua leitura, sendo a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Deputados da bancada da Coligação “VOLTAR A ACREDITAR PPD/PSD.CDS-PP”, dos Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, as abstenções dos Senhores Deputados Manuel Dinis Magno Gomes, Franclim do Nascimento Serafim, António Alberto Reis, Domingos Augusto Fernandes, Helena Isabel Ventura Pimentel, Maria Isabel da Silva Afonso, Carla Patrícia Gonçalves Barbosa e do Senhor Deputado Roberto Manuel Nunes Gonçalves em representação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Celas, por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia, Manuel Luís Pinto Castanheira, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão e a presente data, informando que a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL:-----

“Exmo. Senhor-----
Presidente da Assembleia Municipal-----
Senhores Secretários da Mesa-----
Senhores Vereadores Presentes-----
Senhoras e Senhores Presidente de Junta-----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores-----

Sendo esta a última Assembleia do ano, permitam-me que além daquilo que todos transmitimos uns aos outros e que desejamos para todos nós que são os votos de um Santo Natal e um Feliz Ano Novo, deixo também um agradecimento pela forma como decorreram as Assembleias Municipais durante este ano de 2024. Uma palavra de agradecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos Membros da Mesa, às senhoras e senhores Deputados Municipais, às senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e também a todos os colaboradores do Município, independentemente da sua função que ajudam no decorrer dos trabalhos das Sessões da Assembleia Municipal.-----

Embora, como é normal e salutar em democracia, discordando por vezes, tendo opiniões diferentes em alguns assuntos, tendo como é normal estratégias e visões diferentes sobre caminhos a seguir para o nosso Concelho, não deixou esta Assembleia Municipal, e claro todos os seus membros, de procurar de querer sempre o melhor para o nosso Concelho e para as nossas gentes.-----

Da minha parte tudo fiz, e tudo continuarei a fazer para elevar aquilo que esta casa simboliza, que é os valores da liberdade, da democracia e da igualdade.-----

Todos nós, claro, fruto também do que é normal na política, utilizamos por vezes, a ironia, uma palavra fora de contexto, mas todos o fizemos e estou certo, o vamos continuar a fazer, de maneira correta, respeitando-nos na diferença, mas unidos nesta postura de saber estar e saber dignificar este Órgão, porque ao fazê-lo, ou melhor só fazendo, estamos a respeitar aquelas e aqueles que nos elegeram. Vários pontos fazem parte da agenda dos trabalhos desta Assembleia Municipal, todos eles importantes, mas como é natural o orçamento assume uma relevância diferente, porque é o documento que vai servir de base ao trabalho que a autarquia desenvolverá durante o ano de 2025.-----

Além deste ponto gostava de salientar também os apoios às Juntas e Uniões de Freguesia, em que mais uma vez, e muito bem, volto a repetir, se valoriza, se apoia aquelas que são fundamentais também no apoio às nossas populações, que são as nossas Juntas de Freguesia. Elas continuam a ser, no entendimento deste Executivo, vitais para aquelas que são as maiores dificuldades, mas também as maiores oportunidades deste Concelho. Também como pontos da agenda desta Assembleia Municipal, embora só para tomar conhecimento, não para deliberação, temos o Plano e Orçamento das Empresas Municipais, a Proruris e a Carnes de Vinhais.-----

Duas empresas diferentes, mas também elas estratégicas naquelas que são as duas áreas económicas principais desde Concelho, como as senhoras e senhores Deputados Municipais, bem sabem.-----

Se uma é fundamental no nosso principal produto, em termos de projeção do nome deste Concelho, que é o fumeiro, a outra tem em todo o setor primário, como setor mais importante da economia do nosso Concelho. Ao falar no fumeiro, mais uma vez, como sabem a alheira de Vinhais, foi pelo segundo ano consecutivo, considerado o melhor enchido do mundo, o que nos deixa a todos orgulhosos e felizes por mais esta distinção.-----

Distinção esta que logo que foi conhecida, provocou uma maior, procura deste produto, isto como me foi referenciado por alguns produtores. Em relação à Empresa Municipal Proruris, tal como atrás referi é fundamental no setor primário, e tal como já referi o número de subsídios e de candidaturas feitas pela empresa tem vindo a aumentar. Mas quando olhamos para estes números é bom também que se perceba e que se valorize que, em 2024, a Proruris submeteu 1.364 candidaturas, em que 1.256 serão as chamadas candidaturas normais e que tem um valor estimado de apoio, em termos financeiros, para os nossos agricultores de, 4 milhões e meio de euros. Mais 108 candidaturas na Produção Biológica em que o valor estimado de apoio é cerca de 360.000,00 euros. Mas também foram submetidas candidaturas no âmbito do PDR 2020, no total de 132, que representam um investimento total de 3.946.577,60€, representando um financiamento total de 2.517.735,29€.-----

Estes números mostram que neste setor, como noutros que mais à frente falarei, há um aproveitamento de todos os financiamentos que são possíveis fazer para as pessoas do nosso Concelho, em várias áreas estratégicas e fundamentais do nosso desenvolvimento.-----

E porque falamos em estratégia, todos sabemos a importância que a castanha tem para o Concelho, e claro que quero deixar a referência a mais uma Feira da Castanha, que como todos puderam comprovar correu bem, mostrando mais uma vez a pujança deste evento.-----

Agora importa, tal como já estamos a fazer, trabalhar para que a 45ª Feira do Fumeiro seja um sucesso e que faça jus ao nome da melhor Feira do Fumeiro do país.-----

Como as senhoras e senhores Deputados poderão comprovar ao passar junto do espaço onde se realizam as feiras, estão a decorrer obras no sentido de tal como na Feira da Castanha, os espaços da Feira do fumeiro, serem também na mesma zona.-----

Na próxima Feira do Fumeiro terão oportunidade já de ver aquela que será toda esta nova zona, incluindo a requalificação do Pavilhão, transformado e ampliado claro, isto fruto da candidatura já aqui apresentada no valor de 4 milhões de euros.-----

O projeto deste espaço já foi adjudicado, e tal como já mencionado, será possível na feira do Fumeiro ver uma perspetiva daquilo que será a requalificação de toda esta área. Esperando nós,

que tão depressa quanto possível estejam reunidas as condições para avançar com o concurso dessa obra que alterará por completo não só aquela zona, mas também a própria Vila, criando ali várias valências para um conjunto de múltiplas atividades que ali podem ser desenvolvidas.----- Claro que este investimento estruturante faz parte do Plano Plurianual de Investimentos e respetivo Orçamento para o ano 2025 e que faz parte da ordem de trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal.-----

E sendo este tal, como já referi, aquando da apresentação a esta Assembleia Municipal, o principal investimento dentro das candidaturas possíveis no novo quadro comunitário, outras fazem parte deste plano, e serão ainda submetidas as respetivas candidaturas durante os próximos dias, como é o caso dos equipamentos ao nível da Proteção Civil, como a máquina de rastos e a motoniveladora, e outros equipamentos num valor a rondar um milhão de euros. Mas, e quanto ao orçamento, e não querendo ser maçador, é possível ver que este orçamento tem um valor superior ao ano anterior, estamos a falar de uma diferença de cerca 3 milhões de euros, em que todos os setores essenciais para o nosso Concelho, e principalmente para as nossas gentes, estão assegurados.-----

E além do valor deste orçamento ser superior ao do ano de 2024, também o valor que será possível incorporar em abril, reforçando ainda mais este orçamento será de 4 milhões e meio de euros, repito 4 milhões e meio de euros, isto caras e caros Deputados significa porque estes valores não enganam, que apesar de tudo aquilo que o Município apoia, todos os investimentos que faz, a situação financeira, é permitam-me a expressão, invejável, e isto resulta de um aproveitamento de tudo o que é possível, por exemplo, de financiamento de projetos. Em relação a isto deixo-lhes estes números, nos últimos oito anos e dentro do quadro comunitário anterior, ou melhor que agora está a terminar, houve um investimento no Concelho de cerca de 10 milhões de euros, em que a verba que foi paga, ou melhor se quiserem de uma forma mais simples o valor pago pela Câmara foi cerca de 900.000,00 euros, tudo o resto foi financiamentos comunitários.-----

Mas vendo ainda, ou melhor dito, exemplificando ainda melhor, e pegando na obra de maior dimensão, realizada nos últimos tempos, que foi a Requalificação da Escola e que teve um custo de cerca de 4 milhões de euros, aquilo que o Município pagou, foi cerca de 150.000,00€.-----

Se em 4 milhões de euros que custa uma obra, o Município pagar apenas 150.000,00€, não é um bom aproveitamento de todos os financiamentos possíveis, algo está errado, ou só de má-fé se pode dizer o contrário.-----

Mas estes não foram, não serão, os únicos financiamentos que conseguimos. E só com eles é possível que várias obras fossem feitas e outras vão arrancar já no início do ano, e depois assim continuará, porque este é o caminho para ajudar as nossas gentes.-----

Como já referi procuramos oportunidades em todos, ou para todos os setores importantes do nosso Concelho, deixem-me referir aqui uma área que é também fundamental que é a área Social, não só pelas valências que presta, em que a ajuda, mas também como área de empregabilidade para as pessoas do Concelho.-----

Além dos cerca de 200.000,00 € com que apoiamos as IPSS'S, todos os outros apoios que todos aqui conhecem, desde a Natalidade, às Vacinas, ao Apoio ao Arrendamento, ao Incentivo à Fixação, gostava de destacar aqui, além destes, o Apoio no Transporte de Doentes Oncológicos, eu sei que já muitas vezes referi e por todos aplaudido e consensual. Mas gostava de o destacar por um motivo simples, o motivo indica bem aquelas que são as nossas prioridades, porque chegados ao final do ano e fruto da transferência de competências da área Social, mais ainda, mas fruto da boa gestão financeira, fomos alertados pelos serviços, que poderíamos adquirir uma viatura. Aquilo que de imediato fizemos foi dar ordem para que fosse adquirida uma viatura nova, mais confortável, com melhores condições para o transporte de doentes oncológicos. Foi uma opção, poderia ser para outro fim, mas o que na nossa, e estou certo, na opinião de todos faz mais sentido é que seja esta, que fosse esta a opção.-----

Mas por falar em viaturas, gostava também de dizer a esta Assembleia Municipal que brevemente, teremos à disposição um autocarro novo de 30 lugares, já pago, para servir em múltiplas áreas para viagens mais confortáveis. De salientar ainda que, nestes anos foram já adquiridas 14 viaturas, para renovação da frota sobretudo ao nível do armazém, e outros serviços fundamentais, não para o Executivo, não foi, nem será enquanto eu for Presidente adquirido qualquer carro específico, quer para o Presidente quer para os Vereadores, poderemos isso sim , utilizar qualquer um dos outros. E porque me desviei um bocadinho da condução que trazia desta intervenção, volto à área Social, para dizer o seguinte: está já a concurso uma intervenção num bairro social, fruto de uma candidatura PRR, no âmbito do 1º Direito, financiada a 100%, no valor de um milhão e trinta e cinco mil euros. Mas foi também já assinado o Termo de Aceitação de outros financiamentos também do 1º Direito e também do PRR, no valor de 800.000,00€, para intervenção ao nível da habitação social.-----

Senhoras e senhores Deputados Municipais, caras e caros Presidentes de Junta, estes exemplos anteriores mostram bem aquilo que se fez e que se quer continuar a fazer. Ainda no que aos aproveitamentos de todas as oportunidades de potenciar e melhorar o nosso Concelho, não referi tudo, posso e devo mencionar na questão do Turismo como o financiamento aprovado pelo Turismo de Portugal, num investimento total 568.975,00€ para as Minas de Ervedosa, e que se encontram já a ser executados vários projetos deste investimento, como é o caso da Ponte das Minas , para ser colocado a concurso, como foi o caso das obras realizadas no Parque Biológico,

no valor de 150.000,00€, através do Fundo Ambiental, como é o caso de uma Portaria aprovada em 6 de dezembro do Ministério das Finanças e da Administração Interna, para aprovação do Encargo Orçamental no valor global de 1.013.553,00€, para a remodelação/reabilitação do Posto Territorial da GNR de Vinhais.-----

E em relação a este tema deixem-me também referir a aprovação de uma verba de cerca de 200.000,00€ por parte do Ministério da Administração Interna para a reabilitação do Posto da GNR de Rebordelo.-----

É a esta Assembleia que nós devemos elencar, devemos esclarecer, e sei que podemos também contar, porque aqui é o local próprio para esclarecer, para divulgar, para debater, e para deliberar. Mas tal como disse no início da minha intervenção tem esta Assembleia Municipal, agido de forma positiva, construtiva e sempre empenhada em colaborar e ajudar as pessoas, sempre, porque como Vossas Excelências sabem, há alturas, que é verdade estão próximas, em que todas e todos passam a quase de uma forma surpreendente, ou não a amar esta terra, e a sentir a nossa gente.-----

Como dizia ou melhor escrevia, num fantástico artigo sobre o poder local, aqui há uns tempos, o antigo Presidente da Câmara do Porto, o Dr. Rui Rio, dizia “no poder local, a proximidade, a presença, a ação, as decisões, boas ou más, tem que ser feitas todos os dias, e não apenas quando alguém vê uma janela de oportunidade, porque essa janela, não é para ver a rua, é para ver a própria casa”.-----

Por ver a rua, as pessoas, é que podia aqui elencar muito mais daquilo que se fez durante este ano, daquilo que se apoiou, durante este ano, tudo isso passou por esta Assembleia Municipal, tudo isso, ou a maioria disso, foi até aqui neste local ,debatido e aprovado, e por isso é do vosso conhecimento. Se está tudo feito? Se está tudo bem feito? Não, longe disso é preciso fazer mais e melhor, mas com os vários exemplos que nesta intervenção já referi é isso que pretendemos fazer, sem pensar na janela da vida para a nossa casa, mas virada para as pessoas, virada para as nossas ruas.-----

É nas nossas ruas que estão também aquelas e aqueles que melhor guiam, que melhor conhecem essas ruas, são as senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, por isso além de agradecer sempre o vosso trabalho, peço-lhes que continuem nesta missão de juntos olhar pelas nossas gentes.-----

Sei que não é preciso pedir-lhes, porque felizmente estão na rua deles, e na casa deles, e nunca nas vossas casas. Não podia terminar esta minha intervenção sem deixar novamente a todas e a todos, às vossas famílias, a todas e todos os Vinhaenses, onde quer que estejam, os votos de um Santo Natal e Feliz Ano Novo, cheio de saúde, de paz, de alegria, de partilha, no fundo cheio de valores que esta época personifica.-----

Um muito obrigado, e o melhor Natal do mundo para cada uma e cada um de vós.-----

Quanto à situação financeira é a seguinte:-----

- Dotações Orçamentais - 4.963.873,72€-----

- Dotações não Orçamentais - 440.743,38€”-----

2.4 -PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir, tendo sido demonstrada essa intenção, pelos Senhores Deputados: -----

- Hugo Sérgio Gonçalves Barreira;-----

- Marcos Miguel Ventura Pimentel.-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em que estado se encontrava a segunda fase da obra da Estrada Nacional 103, uma vez já se encontram iniciados os trabalhos da primeira fase que liga Vinhais a Bragança.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel que iniciou por renovar cumprimentos e de seguida questionou, uma vez mais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal se as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias não seriam beneficiadas com mais um auxílio financeiro, atendendo que o Município se encontrava em boa situação financeira.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as intervenções proferidas e iniciando pela intervenção do Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, relativamente à questão da primeira fase da obra da Estrada Nacional 103, disse que era verdade que se encontram em execução os trabalhos de requalificação no sentido de retificar algumas curvas, o reforço estrutural e funcional do pavimento rodoviário, a adequação da rede de drenagem, a melhoria do sistema de sinalização e de segurança.-----

No que diz respeito à segunda fase transmitiu que será para lançar o concurso durante o segundo semestre de dois mil e vinte e cinco, tal como estava definido naquele que sempre foi o planeamento desta obra. -----

Mais disse que na última reunião da CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes), em Mirandela, com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, foi garantido que aquilo que está planeado é o que está a ser executado.-----
Acrescentou que esta Requalificação estava incluída no Plano de Recuperação e Resiliência (PPR), e que o Executivo tudo fará para a sua concretização.-----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel respondeu que sempre foi apanágio da Câmara Municipal ajudar as Juntas de Freguesia naquilo que lhes é possível, quer a nível financeiro, quer a nível de recursos humanos. Nesse sentido foi aprovada uma proposta em reunião do Órgão Executivo, conforme consta na Ordem de Trabalhos desta sessão, no valor de cinquenta mil euros, para distribuir equitativamente por todas as Freguesias, para ajudar a colmatar as suas despesas, sabendo porém que as Juntas de Freguesia querem sempre mais, até porque, cada vez lhe são transferidas mais responsabilidades e mais competências. -----
Para finalizar referiu que, embora no Orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco esteja previsto um aumento de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, estarão sempre disponíveis para ajudar no que for necessário. -----

2.5 - MOÇÃO “LIGAÇÃO AÉREA: BRAGANÇA – PORTIMÃO”.-----

Presente ao Órgão Deliberativo uma moção aprovada por unanimidade, na reunião ordinária do Órgão Executivo, realizada no dia catorze de outubro do corrente ano, cujo teor é o seguinte: ---

“Considerando que a operadora, que efetua atualmente a ligação, já manifestou que não estará disponível para manter a ligação aérea, após o dia 30 de setembro, se não for resolvido o incumprimento das obrigações assumidas contratualmente pelo Estado Português;-----

"Considerando que a referida ligação aérea é fundamental para a coesão territorial e para o desenvolvimento socioeconómico das diferentes regiões abrangidas pela carreira aérea em questão, sendo a subvenção pública da mesma um importante fator de discriminação positiva para a promoção da necessária coesão territorial e económica;-----

Considerando que, no ano de 2023, a ligação aérea transportou cerca de 13 mil passageiros, o que representa uma taxa de ocupação de 75%, com uma tendência ascendente de procura, por parte dos utilizadores, demonstrando a importância crescente da referida ligação;-----

Considerando que esta situação só está a acontecer por falta de planeamento, sentido de responsabilidade, interesse ou até por desprezo do Governo, para com as populações das regiões que beneficiam desta ligação, em particular com a população do Distrito de Bragança";-----

Considerando que estes últimos três pontos referidos são retirados *ipsis verbis* da tomada de posição do então Presidente da Câmara Municipal de Bragança e agora Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. Hernâni Dias, em Reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2024, esperando que o mesmo se mantenha firme e coerente nas afirmações;---

Considerando que foi lançado pelo anterior governo em 27 de março um concurso internacional para a concessão da ligação área entre Bragança, Vila Real, Viseu, Cascais e Portimão e tinha como data prevista para o seu início 01 de outubro, terça-feira, mas, até ao momento, o Governo ainda não anunciou o seu desfecho;-----

Exigimos que o Governo e seus governantes tomem as necessárias medidas e soluções urgentes assegurando que não se venha a verificar a interrupção do serviço aéreo, fundamental para a nossa região e em particular para o distrito de Bragança.-----

Que a presente tomada de posição seja remetida para as seguintes entidades:-----

- Sua Excelência o Presidente da República;-----
- Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal;-----
- Senhor Ministro das Finanças;-----
- Ministro-adjunto e da Coesão Territorial;-----
- Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território;-----
- Senhoras e Senhores Presidentes de Câmara e das Assembleias Municipais do Distrito de Bragança;-----
- Comunicação Social Regional.”-----

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a moção suprarreferida.-----

2.6 - APOIOS:-----

2.6.1 - COLOCAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE NAS EBI E JARDINS DE INFÂNCIA – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS.-----

Presente ao Órgão Deliberativo uma informação aprovada, por unanimidade, em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia quinze de novembro de dois mil e vinte e quatro, cujo teor é o seguinte: -----

“No âmbito das competências das autarquias locais, em matéria de educação, nomeadamente ao nível do **1.º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-escolar**, é da responsabilidade do Município assegurar a colocação de pessoal não docente nestes estabelecimentos de ensino. ---- Assim, à semelhança dos anos anteriores, e conforme nos foi indicado pelo Agrupamento de Escolas D. Afonso III de Vinhais, deve esta autarquia providenciar a colocação de pessoal que permita garantir os serviços de limpeza, acompanhamento das crianças durante a hora de almoço, intervalos e prolongamento de horário para as E.B.1 e Jardins de Infância do Concelho.----- O número de horas é atribuído mediante solicitação efetuada pelo Agrupamento de Escolas, sendo estas em um maior número nas escolas de Ervedosa e Rebordelo, pois é aí que se concentra o maior número de alunos e também são as únicas localidades, à exceção de Vinhais, que mantém o ensino Pré-escolar e o 1º ciclo. Nos anos anteriores, dada a proximidade geográfica, este pessoal tem sido recrutado pelas **Juntas de Freguesia**, transferindo, a autarquia, as respetivas verbas, conforme o mapa de necessidades enviado pelo Agrupamento de Escolas, o qual se anexa:-----

Estabelecimento de Ensino	Período de trabalho	Nº de horas	Preço hora	Valor diário	Valor mensal
E.B.1 de Ervedosa	- Horário letivo - Almoço e Horário das AEC - Higienização ao final do dia	5h 3h 2h	4€	40,00€	800,00€
J. Infância de Ervedosa	12.h às 13.30h (apoio na hora do almoço) 15h às 18h (prolongamento de horário) Higienização do espaço	6h		24,00€	480,00€
Jardim Infância Vilar de Lomba	- Apoio na hora do almoço - Higienização - Acompanhamento de criança com NEE	5h		40,00€	400,00€

J. Infância de Rebordelo	11,30h às 14.30h (apoio na hora do almoço)	3h			
	15h às 18h (prolongamento de horário)	3h	4€	28,00€	560,00€
	Higienização do espaço	1h			
E.B.1 de Rebordelo	CAF (segundas-feiras 15h30-17h30 e sextas-feiras 14h00 – 16h00); Higienização do espaço ao final do dia	7h	4€	28,00€	560,00€
J. Infância de Agrochão	Manhã e prolongamento de horário	3,5h	4€	14,00€	280,00€

Face ao exposto, sugiro a V.^a Ex. ^a que as referidas verbas, à semelhança dos anos anteriores, sejam transferidas para as respetivas Juntas de Freguesia, reportando-se ao ano letivo em curso, com início a 12 de setembro de 2024 e fim a 30 de junho de 2025.” -----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o proposto e autorizar a transferência das verbas indicadas, para as respetivas Juntas de Freguesia, de harmonia com o preceituado na alínea j), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ainda no âmbito da educação foi presente outra informação subscrita pelo Técnico Superior da Unidade de Educação, Desporto, Cultura e Turismo, Hugo Miguel Nunes Rodrigues, também aprovada, por unanimidade, em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia quinze de novembro de dois mil e vinte e quatro, do seguinte teor: -----

“A Assistente Operacional do Município que exerce funções no Jardim de Infância de Agrochão encontra-se a faltar ao serviço por motivo de baixa médica. De modo a solucionar este problema, será necessário o alargamento do horário da tarefa que presta serviço no referido Jardim de Infância, com o pagamento de mais 3,5 h diárias, durante 30 dias. -----

Preço hora	+ 3,5 h diárias	Total
4,00 €	14,00 €	420 €

Face ao exposto, sugiro a V. Ex.^a que autorize o pagamento das mencionadas horas através de transferência da verba para a referida Junta de Freguesia.” -----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o proposto e autorizar a transferência da verba indicada, de harmonia com o preceituado na alínea j), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel.-----

2.6.2 - FREGUESIA DE REBORDELO.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo, onde solicita um apoio financeiro mensal, no valor de quinhentos euros (500,00 €), para custear despesas com o transporte dos alunos da sua Freguesia para a Escola Primária, uma vez que a aldeia é dispersa e algumas crianças moram a uma distância considerável do respetivo edifício, apoio que já foi aprovado, por unanimidade e em minuta, em reunião do Órgão Executivo realizada no dia doze de dezembro do corrente ano.-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro mensal no valor de quinhentos euros (500,00€), para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira para se referir aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia, sendo que hoje temos duas situações distintas. -----

A primeira situação é a que temos vindo a referir ao longo das últimas sessões, que se deve ao facto de os apoios concedidos às Juntas não virem acompanhados por um documento que fundamente a despesa. -----

Situação distinta é o pedido de apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Vale das Fontes e pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil, onde solicitam um

apoio financeiro no valor de 37.451,65 € e 34.407,93 €, com IVA incluído, respetivamente, por obras realizadas no ano de dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze, pela empresa Higino Pinheiro & Irmão, SA. -----

Relativamente a estas obras o Senhor Deputado disse que estes pedidos deviam estar acompanhados de uma informação técnica, dado que as mesmas foram executadas há mais de dez anos. Mais questionou se o pedido de apoio era legal ou se eventualmente não teria prescrito, dado que são obras realizadas em mandatos anteriores. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção proferida pelo Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira dizendo que, em relação aos apoios financeiros solicitados por parte das Juntas de Freguesias de Edral e de Santalha, tais pedidos são concedidos face às necessidades demonstradas pelas respetivas Juntas de Freguesia. No que concerne aos apoios solicitados pela Junta de Freguesia de Vale das Fontes e União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil disse que de facto as obras foram executadas e encontram-se em dívida, apesar de tais dívidas não poderem ser imputadas aos atuais Presidentes de Junta, nem ao atual Executivo. -----

Neste sentido e de forma a evitar o recurso à via judicial por parte da empresa Higino Pinheiro & Irmão, SA. o que implicaria mais despesas para as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal comprometeu-se a conceder o apoio financeiro a ambas, no sentido de liquidarem estas dívidas antes do final do mandato, dado que as obras se encontram executadas e que as mesmas são para benefício das populações.-----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira para referir que acredita nas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal e nos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, no entanto estranha que só decorridos dez anos a empresa venha solicitar o pagamento das dívidas ou ameaçar com recurso aos Tribunais. -----

Seguidamente interrogou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o motivo de nos anos de dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze, a Junta de Freguesia de Vale das Fontes e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil realizarem obras sem ter a garantia de conseguirem efetuar o pagamento desses investimentos.-----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que a empresa Higino Pinheiro & Irmão, SA, já tinha solicitado o pagamento da dívida, várias vezes, quer às Juntas de Freguesia, quer à Câmara Municipal. No entanto, como existe uma preocupação acrescida por parte dos atuais Presidentes da Junta de Freguesia em sanar esta situação até ao

final do mandato, a Câmara Municipal comprometeu-se na resolução deste assunto e por isso é que aprovou, em reunião do Órgão Executivo, a concessão de um apoio financeiro para liquidar estas dívidas. -----

De seguida solicitou a palavra o Senhor Deputado António Manuel São Vicente que iniciou por cumprimentar todos os presentes e referindo-se aos pedidos de apoio da Junta de Freguesia de Vale das Fontes e da União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil, questionou se o valor que estava em dívida era apenas o capital pelo qual foi negociada a obra em causa, ou se tinha alguns encargos acumulados.-----

Na sua perspetiva referiu que, passados dez anos, poderia ser passível de uma negociação com a empresa credora, entre as Juntas de Freguesia, com o auxílio da Câmara Municipal, articulado com o Gabinete Jurídico, no sentido de assumir o pagamento do valor do encargo contratado e a empresa deixar de onerar esse mesmo capital, nesse sentido sugeria que a dívida do capital deveria ser saldada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra para agradecer a intervenção do Senhor Deputado António Manuel São Vicente e seguidamente disse que, os valores em causa eram exatamente o valor do capital em dívida, nomeadamente o montante dos respetivos investimentos das obras realizadas em dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze, tendo sido esses valores já aprovados pelo Órgão Executivo, em reunião ordinária realizada no dia doze de dezembro do corrente ano, no sentido de evitar que a empresa intentasse uma ação contra as Juntas de Freguesia em causa. -----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira referiu que vivemos num Estado Democrático, e neste sentido a opinião da bancada da Coligação é que este assunto tinha que ficar esclarecido, atendendo à sua gravidade, realçando que entre os anos de 2005 e 2017 era precisamente o que se passava no Concelho de Vinhais, em que se realizavam as obras sem dotação orçamental e mais tarde alguém pagaria, vincando que a Coligação iria ser sempre contra este tipo de política.-----

Para terminar o Senhor Deputado reforçou que pretendia o compromisso do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de garantir a legalidade de todo este processo, pois só assim, a bancada da Coligação votará favoravelmente na concessão destes apoios. -----

De seguida solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Diniz Mateus Fornos que iniciou por cumprimentar todos os presentes e referiu que os trabalhos foram todos executados, no entanto

nessa data, a Junta de Freguesia de Vale das Fontes tinha solicitado essa verba à Câmara Municipal para saldar a dívida em causa, o que tal nunca aconteceu.-----

Mais disse que a Junta de Freguesia foi notificada por parte da empresa Higino Pinheiro & Irmão, S.A., diversas vezes, a solicitar o pagamento da dívida em causa, ou tentar negociar o faseamento do pagamento. Nesse sentido, e como se aproxima o final do mandato subscreveu um ofício à Câmara Municipal a solicitar o apoio financeiro para regularizar a situação, para evitar que a Empresa intentasse uma ação em Tribunal contra a Junta de Freguesia, pois acarretaria muito mais despesas. -----

Seguidamente solicitou a palavra o Senhor Deputado Ricardo Miguel Gonçalves Libório que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referiu que relativamente ao pedido de apoio por parte da União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil, a obra da Pavimentação de betuminoso nas povoações de São Jomil e Vilar de Lomba tinha sido realizada entre dois mil e treze e dois mil e catorze, tendo sido solicitado essa verba à Câmara Municipal para saldar a dívida em causa, o que tal nunca aconteceu.-----

Mais disse que a Junta foi notificada diversas vezes pela empresa Higino Pinheiro & Irmão, S.A, para pagamento da dívida em causa, tal como aconteceu com a Junta de Freguesia de Vale das Fontes. Nesse sentido, porque os trabalhos se encontram executados já desde essa altura, e como se aproxima o final do mandato, subscreveu um ofício à Câmara Municipal a solicitar o apoio financeiro para regularizar a situação, para evitar que a Empresa intentasse uma ação em Tribunal contra a Junta de Freguesia, pois nesse caso os valores a despender seriam muito mais avultados.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para referir que os trabalhos estão executados e neste momento, até porque se aproxima o final do mandato, urge resolver o problema, tal como foi referido pelos Senhores Deputados Carlos Diniz Mateus Fornos e Ricardo Miguel Gonçalves Libório. -----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Luís António Bebião Pires.-----

2.6.3 - FREGUESIA DE SANTALHA.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santalha, onde solicita um apoio financeiro no valor de vinte e sete mil setecentos e dez euros (27.710,00 €), para custear despesas com vários trabalhos efetuados na aldeia de Penso, já

aprovado, por unanimidade e em minuta, em reunião do Órgão Executivo realizada no dia doze de dezembro do corrente ano.-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor de onze mil euros (11.000,00€), para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado Luís António Bebião Pires.-----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado João Carlos Barreira Vila. -----

2.6.4 - FREGUESIA DE EDRAL.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Edral, onde solicita um apoio financeiro no valor de quarenta mil euros (40.000,00 €), para custear despesas com vários trabalhos efetuados na Freguesia de Edral, já aprovado, por unanimidade e em minuta, em reunião do Órgão Executivo realizada no dia doze de dezembro do corrente ano.-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor de dez mil euros (10.000,00€), para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado João Carlos Barreira Vila.-----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Carlos Diniz Mateus Fornos. -----

2.6.5 - FREGUESIA DE VALE DAS FONTES.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale das Fontes, onde solicita um apoio financeiro no valor de trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos (37.451,65 €) com IVA incluído, para pagamento de uma dívida existente com a empresa Higino Pinheiro & Irmão, Sa, aquando dos

trabalhos da “Requalificação Urbanística na Freguesia de Vale das Fontes” executados nos anos de dois mil e treze e dois mil e quinze, já tendo sido notificada a Junta de Freguesia pela empresa, com ameaça de recorrer aos meios judiciais, tendo em atenção a data da execução dos trabalhos realizados, apoio já aprovado, por unanimidade e em minuta, em reunião do Órgão Executivo realizada no dia doze de dezembro do corrente ano.-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor de trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos (37.451,65 €) com IVA incluído, para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Mais foi deliberado, proceder ao pagamento do valor de onze mil euros (11.000,00 €) até ao dia trinta e um de dezembro do corrente ano, e o restante, vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos (26.451,65 €), durante o ano de dois mil e vinte e cinco.-

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado Carlos Diniz Mateus Fornos.-----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Ricardo Miguel Gonçalves Libório.-----

2.6.6 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAR DE LOMBA E SÃO JOMIL.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil, onde solicita um apoio financeiro no valor de trinta e quatro mil quatrocentos e sete euros e noventa e três cêntimos (34.407,93 €) com IVA incluído, para pagamento de uma dívida existente com a empresa Hígino Pinheiro & Irmão, SA, aquando dos trabalhos da “Pavimentação de betuminoso em São Jomil e Vilar de Lomba” executados nos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze, já tendo sido notificada a Junta de Freguesia pela empresa, com ameaça de recorrer aos meios judiciais, tendo em atenção a data da execução dos trabalhos realizados.-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor de trinta e quatro mil quatrocentos e sete euros e noventa e três cêntimos (34.407,93 €) com IVA incluído, para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do

n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Mais foi deliberado, proceder ao pagamento do valor de onze mil euros (11.000,00 €) até ao dia trinta e um de dezembro do corrente ano, e o restante, vinte e três mil quatrocentos e sete euros e noventa e três cêntimos (23.407,93 €), durante o ano de dois mil e vinte e cinco.-----

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado Ricardo Miguel Gonçalves Libório.-----

2.7 - PROPOSTA - APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE VINHAIS.-----

Presente ao Órgão Deliberativo uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, cujo teor é o seguinte: -----

“Considerando que: -----

- ✓ As freguesias são as autarquias locais cujos órgãos se encontram mais próximos dos cidadãos, e por isso o atual executivo preconiza a afirmação do seu papel, contribuindo assim para uma maior coesão territorial;-----
- ✓ Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, concretizou-se a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;-----
- ✓ A rubrica económica 04050102 do orçamento municipal referente ao exercício económico em curso, ainda tem dotação orçamental no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), para despesas correntes;-----
- ✓ Os órgãos das freguesias nem sempre dispõem de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento das suas competências.

Face aos considerandos supra, e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e para efeitos do previsto na alínea j) do número 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, propõe-se ao órgão executivo que delibere aprovar, bem como submeter à Assembleia Municipal, a atribuição de um apoio financeiro de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) às Juntas e União de Freguesia, dividido de igual forma, para colmatar necessidades proeminentes das suas populações.”-----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, conceder um apoio financeiro no valor de cinquenta mil euros (50.000,00 €), a dividir de igual forma por todas as Juntas e Uniões de Freguesia, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2.8 - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.-----

Presente ao Órgão Deliberativo os documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte e cinco, no valor de vinte e um milhões duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros (21.229.687,00 €) aprovados em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, que vinham acompanhados do respetivo Mapa de Pessoal, previamente enviados, por fotocópia a todos os Senhores Deputados. -----

Após análise e discussão do Orçamento, quer da Receita quer da Despesa, no valor de vinte e um milhões duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros (21.229.687,00 €), para o ano de dois mil e vinte e cinco, e o Plano Plurianual de Investimentos, para o quadriénio seguinte, bem como o Mapa de Pessoal, para o ano de dois mil e vinte e cinco, foram aprovados por maioria e em minuta, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista e de todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia e com sete abstenções dos Senhores Deputados da Coligação “VOLTAR A ACREDITAR PPD/PSD.CDS-PP”, de harmonia com o preceituado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Mais foi deliberado, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, autorizar a repartição de encargos em anos futuros, dos projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos. -----

2.9 - ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DAS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO:-----

2.9.1 - CARNES DE VINHAIS – SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNES, EM. SA.-----

Presente ao Órgão Deliberativo o Orçamento e Plano de Atividades, para o ano de dois mil e

vinte e cinco, da Empresa Municipal Carnes de Vinhais, EM. SA., previamente enviados por fotocópia aos Senhores Deputados, em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b), do n.º 1, do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação. -----

Tomado conhecimento. -----

2.9.2 - PRORURIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VINHAIS, EM.-----

Presente ao Órgão Deliberativo, o Orçamento e Plano de Atividades, para o ano de dois mil e vinte e cinco, da Empresa Municipal ProRuris, EM., previamente enviados por fotocópia aos Senhores Deputados, em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b), do n.º 1, do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação. -----

Tomado conhecimento. -----

2.10 - CONTRATO RELATIVO AO PROCESSO “SERVIÇOS DE GESTÃO E RECOLHA INDIFERENCIADA, RECOLHA SELETIVA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA NOS MUNICÍPIO DA TERRA FRIA TRANSMONTANA.-----

Presente ao Órgão Deliberativo um email enviado pela Resíduos do Nordeste, EIM, SA., onde dá conhecimento que o contrato de aquisição de serviços designado por “Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana” se encontra Visado pelo Tribunal de Contas. -----

Tomado conhecimento. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberto, nos termos do n.º 2, do art.º 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Período Reservado ao Público.-----

Seguidamente os cidadãos Sara Rizo, em representação pelo Movimento UIVO e António de Sá, em representação pelo Grupo de Trabalho de Turismo de Natureza apresentaram à Mesa da Assembleia, a inscrição para poder intervir neste ponto da ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra a cidadã Sara Rizo, leu uma intervenção do seguinte teor:-----

“Assembleia da Câmara Municipal de Vinhais,-----
Membros da Assembleia e Membros do Executivo Municipal da Câmara de Vinhais,-----
Presidentes de Junta de Freguesia e Público,-----

Bom dia, chamo-me Sara Rizo, sou bióloga e resido em Vinhais há cerca de 15 anos. No decorrer da minha atividade profissional estive associada à monitorização de sistemas biológicos em contexto de instalação de grandes barragens, tive contacto com a realidade passada e atual do projeto da mina de lítio do Barroso e, por essa mesma razão, conheço bem a realidade do assunto que me traz aqui.-----

Faço parte do Movimento cidadão apartidário UIVO, constituído em 2020, e que tem por objetivo manter a Reserva da Biosfera Meseta Ibérica livre de projetos de extração mineira.-----
Pretendemos chamar a atenção para os pedidos de licenciamento de prospeção de minerais, denominados Revelhe e Valongo 2, nos concelhos de Vinhais e Bragança.-----

Sentimos ser nosso dever apelar à sociedade civil em geral e aos representantes dos eleitores no sentido de serem tomadas medidas que melhor acautelem o interesse geral das populações e das gerações futuras.-----

Independentemente da ideia que se pretende passar, estes projetos de prospeção abrem caminho à exploração mineira.-----

Estes pedidos preocupam-nos seriamente pelo impacto que provocam no desenvolvimento regional, pela forma obscura como a entidade promotora, a GMR – Consultores – impôs estes projetos, pela omissão consciente ou pelas trapalhadas administrativas que conduziram ao atraso na disponibilização de pareceres técnicos determinantes como é o caso do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e pela posição das autoridades competentes, que

deveriam existir para proteger os nossos interesses e não os das grandes empresas. Estas últimas ainda não se apresentaram a este contexto que aqui me traz, mas não tardarão em surgir.-----

Mas o total desrespeito pelos interesses das populações nestes processos não é novo, uma vez que nunca, durante os estudos de impacto ambiental que acompanhei, observei as populações destes territórios a serem devidamente consultadas e informadas ou o seu parecer a ser efetivamente determinante em coisa nenhuma.-----

As zonas a prospetar integram-se na área do Parque Natural de Montesinho, em Rede Natura 2000 e fazem parte da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica. Todas estas áreas nos dizem algo, especialmente o Parque Natural de Montesinho, e podemos nutrir um sentimento mais ou menos positivo em relação a elas, dadas as restrições que, por vezes, nos colocam às tarefas agrícolas, pecuárias, turísticas e urbanísticas. Contudo, são precisamente estas figuras de ordenamento de território que têm de nos proteger, num momento como este, em que a Europa se prepara para através de um novo regulamento, o Regulamento Comunitário 2024/1252, explorar os recursos geológicos do nosso continente, para alimentar com esses minérios uma corrida ao armamento numa guerra que nenhum de nós pediu e em nome da transição digital, ecológica e aeroespacial que ainda nenhum de nós tem direito ou dinheiro para usufruir.-----

Vejamos: é imperativo ter carros elétricos, mas poucos são aqueles que os podem comprar, temos de colocar os nossos terrenos à disposição para extração de minerais críticos porque agora é aceitável mudar de telemóvel e computador a cada 3 meses enquanto a maioria dos residentes de Vinhais não tem rede no telemóvel (ou mesmo um sistema de saneamento eficaz) em metade das aldeias!-----

Enquanto isso, arriscamo-nos a perder aquilo que sim importa para nós: o acesso à terra para cultivar, para investir, para receber os nossos turistas, para passear com os nossos filhos e para com a nossa floresta fazer inveja a um país castigado por eucaliptos, mimosas e pinheiros.-----

Mas algumas das entidades que referi há pouco já nos estão efetivamente a proteger: o parecer do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas é altamente desfavorável, por os projetos serem totalmente incompatíveis com os valores naturais. Também o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente a estes pedidos de pesquisa e prospeção é altamente condicionado e realça a sensibilidade hídrica da zona.-----

É necessário combater este regulamento das matérias críticas com todo o esforço no sentido de o afastar das nossas áreas protegidas e classificadas, com recurso a outros regulamentos, esses sim realmente válidos nestes territórios, como é a Lei do Restauro da natureza, o Acordo de Paris para as alterações climáticas, as prioridades do Programa Portugal 2030 e a utilização de fundos europeus para projetos alinhados com essa estratégia. Porque apenas nós temos o poder de oferecer bons indicadores para cumprir estas metas nacionais e europeias, quer seja pela qualidade das nossas águas, dos nossos solos, da nossa fauna e flora e pelo trabalho que as populações rurais desempenham na conservação da biodiversidade.-----

O valor destes territórios classificados também tem norteado toda uma estratégia pública de desenvolvimento social e económico da região, assente nos produtos endógenos, no turismo da natureza, na atividade cinegética, na gestão sustentável de recursos florestais, na conservação de espécies vegetais e animais, na promoção da investigação científica e na fixação de projetos de vida e de novas empresas na região.-----

Vinhais apresenta igualmente um potencial económico muito elevado nos mercados de carbono e de biodiversidade. Alguns baldios em áreas próximas já estão inclusivamente a vender créditos de carbono com contratos a longo prazo que salvaguardam a floresta e as comunidades, porque basta que se mantenham bem geridos e sem impactos, para trazer benefícios para a região. Basta a esses baldios serem baldios. E são estes mercados que permitem a compatibilidade com os outros setores económicos. A indústria mineira não permite a vida e a manutenção destas áreas, antes as decapa, transforma e esteriliza, converte-as noutra coisa, com o triplo do custo e do prejuízo.-----

Tendo em conta o Decreto-Lei n.º 30/2021, que diz respeito aos depósitos minerais e explicita que a consulta aos Municípios **só é legalmente obrigatória em Fase de prospeção**, sendo nesse caso vinculativa, passamos a ler o ponto 8 do Artigo 14º:-----

8 — (...) a pronúncia dos municípios quando total ou parcialmente desfavorável é vinculativa e é sempre fundamentada em normas legais ou regulamentares aplicáveis ou na estratégia de desenvolvimento territorial municipal expressa nos elementos que acompanham o Plano Diretor Municipal respetivo.-----

Assim, entendemos útil trazer à discussão o Plano Diretor Municipal de Vinhais, que consideramos robusto, bem redigido e claro no que toca à defesa dos interesses deste território.-

Relativamente ao pedido de pesquisa e prospeção de “Revelhe” o Artigo 11º deste mesmo PDM refere que:-----

Artigo 11.º

Disposições comuns

1 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:-----

*d) Pesquisa, prospeção e exploração de recursos geológicos (...), **exceto quando** integrada (...) na área abrangida pelo Parque Natural de Montesinho, ficando esta atividade sujeita a parecer por parte da entidade competente.-----*

Esta alínea vincula claramente as atividades de prospeção ao parecer da entidade competente, entenda-se o ICNF, cujo parecer é desfavorável. É nosso entendimento que o parecer favorável inicial da CMV não está em conformidade com o regulamento do plano diretor municipal porque não se apoia, mas poderia, no parecer negativo do ICNF.-----

Relativamente ao pedido de pesquisa e prospeção de “Valongo 2” diz este mesmo Artigo 11º, no seu ponto 11 que:-----

11 - Nas áreas abrangidas pela Rede Natura 2000 (...) cumprem-se as seguintes disposições:---

a) São interditas as seguintes ações, atividades ou projetos:-----

iii) A exploração de recursos geológicos fora das áreas de exploração consolidada;-----

Relativamente a ambos os pedidos de pesquisa e prospeção de “Revelhe” e “Valongo 2”, este mesmo PDM refere na sua Secção V – Espaços Naturais, Artigo 27ª, ponto 2 que:-----

2 – Os Espaços naturais correspondem às seguintes situações:-----

c) Afloramentos rochosos siliciosos com vegetação vascular rupícola integrados na Rede Natura 2000, que se caracterizam por um grau elevado de sensibilidade ecológica;-----

d) Áreas de proteção incluídas nos leitos de cursos de água integrados no Parque Natural de Montesinho.-----

A que se referem os afloramentos rochosos siliciosos referidos? Às rochas ultrabásicas que se encontram incluídas nos polígonos dos pedidos de pesquisa e prospeção da empresa GMR e onde, especialmente no caso de Valongo 2, se pretende fazer prospeção de metais pesados como o cobre e o níquel. Sim, metais pesados, aqueles que todos sabemos terem graves implicações para a nossa saúde e cuja exploração poderá implicar a sua lixiviação para os nossos rios e para as nossas propriedades. -----

No ponto 7 do artigo seguinte, o Artigo 28º, explicita-se:-----

7 - Nos Espaços Naturais são interditas, com exceção das situações previstas na legislação em vigor, as seguintes ocupações e utilizações:-----

e) Exploração das massas minerais.-----

Apesar de termos presente que a CMV emitiu posteriormente um parecer desfavorável à pretensão destes pedidos de prospeção mineira, este não se refere às suas condicionantes nem ao seu PDM, podendo ser excluído da avaliação da Direção Geral de Energia e Geologia, organismo a quem compete conceder ou não a atribuição de licenças de pesquisa, prospeção e extração.-----

Deste modo, o Movimento UIVO vem, por este meio, solicitar à Câmara Municipal de Vinhais que aja judicialmente e anule o seu parecer técnico favorável condicionado inicial a estes pedidos de prospeção, emitindo, em sua vez, um parecer desfavorável baseado nas suas condicionantes, apoiado no seu PDM (dado que este lhe atribui competências para fazê-lo) e, naturalmente, consubstanciado no parecer negativo da entidade competente referida no seu PDM, o ICNF. Esse novo parecer deverá ser submetido à DGEG, com a maior brevidade, uma vez que esta entidade produzirá, num futuro muito próximo, uma resposta alicerçada na documentação recebida.-----

Recomendamos igualmente que o Plano Diretor Municipal de Vinhais, datado de 2014, e que se encontra atualmente em revisão, mantenha as suas características na sua versão futura, uma vez que este Plano está bem construído e protege valores que, por exemplo o PDM de Bragança não consegue blindar, fazendo face a pedidos de prospeção, pesquisa e exploração futuros.-----

Recordamos igualmente que endorsámos esforços no passado dia 30 de outubro, ao reunir com a Câmara Municipal, que se mostrou disponível para nos receber e acolher as nossas preocupações, fizemo-lo novamente no dia 5 de novembro, data na qual solicitámos nova reunião com esta entidade e nos dias 3 e 13 de dezembro, momentos nos quais enviámos emails informativos para todas as juntas de freguesia do concelho e nos colocámos ao dispor para

facultar toda a informação considerada necessária. Reiteramos essa disponibilidade e apoio nesta assembleia.-----

Se ainda existir alguém na sala que pense que estamos a fazer uma tempestade num copo de água tenho ainda um último argumento a partilhar, que poderá ajudar a compreender como a atual conjuntura europeia coloca as áreas protegidas e classificadas, e o nosso modo-de-vida, a saque: foram recentemente publicadas notícias em jornais digitais espanhóis relativas às intenções de um grupo sueco em explorar uma mina de volfrâmio e estanho em A Gudiña, já a partir de 2025. O local pretendido situa-se a 1 quilómetro do Parque Natural de Montesinho, mais concretamente a norte das aldeias de Cisterna e Pinheiro Novo, e o projeto e a Declaração de Impacto Ambiental (já caducados) omitiram a produção de drenagens ácidas da mina, que poderão contaminar os rios Pentes e Rabaçal. Este projeto inclui um fator agravante muito sério: o facto de não ter sido submetido a uma avaliação de impacto transfronteiriço obrigatória, que implica consulta pública ao governo português, entidades competentes e população, pela sua proximidade à fronteira do nosso país e pelos impactos que pode implicar a jusante, já em território luso.-----

Uma vez que quem cala consente, e não nos podemos dar a esse luxo é necessário contactar as autoridades espanholas e exigir que as mesmas coloquem em funcionamento os trâmites necessários e que as empresas mineiras sejam obrigadas a cumprir todos os requisitos legais que se lhes impõem.-----

Assim, entendemos ser necessário reunir esforços entre os municípios, juntas de freguesia, associações, entidades académicas e movimentos sociais, e colaborar de forma sistemática, articulada, integrada e altruísta para salvaguardar o nosso território e a nossa atividade dos próximos desafios que se nos irão impor.”-----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para agradecer a intervenção apresentada pela Sara Rizo, e referir que era apanágio do Município em conjunto com as populações tudo fazer para defender os interesses do nosso território. Nesse sentido, este Executivo aprovou em reunião ordinária uma proposta a emitir parecer desfavorável, que posteriormente foi submetida na plataforma durante o período de consulta pública. -----

Seguidamente, o cidadão António de Sá leu uma intervenção cujo teor é o seguinte:-----

“ Exmos. Membros da Assembleia Municipal de Vinhais,-----

Preocupado com o impacto que as atividades de prospeção e pesquisa de minério podem ter na imagem do Nordeste Transmontano, no turismo e noutras atividades económicas identitárias do nosso território, o Grupo de Trabalho de Turismo de Natureza, criado no âmbito da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, vem apresentar as seguintes considerações:-----

1. AO PERMITIR A PROSPEÇÃO ESTÁ A VIABILIZAR-SE A EXPLORAÇÃO -----

Os pedidos de pesquisa e prospeção recentemente solicitados à DGEG são o primeiro passo para a exploração de minério na nossa região. **Isto não é algo que se deva minimizar ou negligenciar.** Todo o posicionamento e abordagem da empresa GMR Consultores denota já uma óbvia intenção de assumir os direitos de exploração. A nossa posição é muito clara em relação a isto: a exploração de minério nas zonas em causa seria desastrosa para o turismo e para a imagem do Nordeste Transmontano. **Ninguém viaja para zonas mineiras para passar férias ou fins de semana. Ninguém confia nos produtos alimentares produzidos em zonas de mineração. Não se consegue fixar população em zonas de mineração e muito menos atrair novos residentes.** A agricultura é perfeitamente compatível com a conservação da natureza; a pecuária é compatível com o turismo; a apicultura é compatível com a silvicultura. **A exploração mineira não é compatível com nenhuma destas atividades económicas ou objetivos.** O impacto da mineração no meio ambiente seria devastador e teria consequências irreversíveis na paisagem e nas atividades económicas tradicionais dos concelhos de Bragança e Vinhais. Se não queremos que isto aconteça, então a única solução é negar desde já a possibilidade de prospeção e pesquisa de minério a esta ou qualquer outra empresa. O município de Vinhais tem de estar absolutamente esclarecido em relação a isto. **Não pode haver hesitações.** -----

2. ÁREAS CLASSIFICADAS -----

As zonas para onde estes pedidos de prospeção estão previstos não podiam ser mais mal escolhidas: **falamos de um Parque Natural; falamos de um Sítio de Interesse Comunitário classificado como Rede Natura 2000; falamos da maior Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Europa, classificada pela UNESCO. São três níveis de proteção que parecem estar a ser ignorados.** A classificação destas áreas obedeceu a critérios lógicos e à urgência da sua conservação; esse ordenamento tem de ser respeitado. Se sacrificarmos os melhores locais naturais do país para atividades tão destrutivas como a mineração, então importa perguntar o que nos sobra depois disso. Será que quando as pessoas quiserem procurar natureza e paisagens, vamos mandá-las para os eucaliptais ardidos da zona centro? **Havendo exploração mineira, como vamos depois atrair turismo a esta região?** Estas áreas classificadas foram estabelecidas não apenas para proteger os valores naturais, mas para nos proteger a todos:

proteger a produtividade agrícola, proteger a economia local, proteger os recursos hídricos, proteger a saúde e a qualidade de vida das populações. E se nos dizem que há uma premência na extração de minério, nós contrapomos que atualmente existe uma urgência muito maior em preservar os nossos últimos ecossistemas e valores naturais. **A nossa sobrevivência depende diretamente disto.** Portugal até pode prever a exploração dos seus recursos geológicos, mas não pode ser em qualquer lugar, nem a qualquer preço, ignorando outros aspetos tremendamente importantes para a economia local. **Salvaguardar as áreas classificadas é uma questão de princípio.** -----

3. FALTA DE TRANSPARÊNCIA -----

Todo o processo relacionado com os pedidos de prospeção e pesquisa foi pouco transparente - nalguns aspetos, até, com indícios de manipulação ou de interferência. Perante um assunto tão relevante para o presente e futuro das comunidades de Vinhais e de Bragança, não se compreende que a divulgação prévia tenha sido quase nula. Este tema passou mais despercebido do que qualquer pequena festa de aldeia, tantas vezes divulgadas com meses de antecedência. Por outro lado, as sessões ditas de esclarecimento foram feitas apenas pela parte interessada - pela própria empresa que pretende fazer a prospeção; não houve qualquer participação dos municípios para responder às perguntas dos cidadãos - sobre o PDM, sobre a posição dos autarcas; não estiveram presentes técnicos independentes que pudessem alertar para as consequências negativas; não houve contraditório; as populações foram assim entregues completamente desarmadas ao discurso da empresa promotora. Nalgumas destas sessões, a empresa chegou mesmo a dar a entender que estava em missão para o Estado português e não a servir apenas os seus interesses privados. **Isto não são sessões de esclarecimento... são sessões de propaganda. Houve tentativa de enganar a população.** Acresce a isto, o facto destas sessões terem sido marcadas para o final do período de Consulta Pública e, na sua maioria, **para depois do prazo de Consulta Pública.** Quem quis manifestar a sua posição, ou teve pouco tempo ou já não teve sequer oportunidade de o fazer. O parecer do ICNF - o único parecer perentoriamente negativo para as duas áreas em questão, ainda por cima emitido pela entidade que tutela as áreas protegidas, só surgiu na plataforma Participa no penúltimo dia de Consulta Pública do processo conhecido como “Revelhe”. **Este parecer foi emitido a 8 de agosto e apenas disponibilizado a 24 de outubro - quase 3 meses depois.** Estamos certos que foi propositadamente ocultado da documentação que esteve em consulta. Da documentação facultada sobre a empresa GMR Consultores, e apesar das notas sobre o curriculum dos seus administradores, não há referências às ligações que estes possuem a grandes empresas e grupos internacionais de exploração mineira - como a alemã THYssen Gmbh ou a canadiana SAVANNAH, atualmente envolvida no polémico

licenciamento da mina de lítio de Boticas, processo ainda em investigação pelo Ministério Público.-----

4. CONCLUSÃO -----

Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal de Vinhais: a posição deste Grupo de Trabalho coincide com a vontade popular. Não é diferente daquela que já foi demonstrada pela grande maioria da sociedade civil - pelos vários grupos de cidadãos que tão rapidamente se mobilizaram na defesa do seu território; pelas reportagens, artigos de opinião e até editoriais na comunicação social de âmbito local e nacional; pelos agricultores; pelos produtores de castanha; pelos criadores de gado; pelo setor da caça; pelo setor da apicultura, pela comunidade científica. Todos reconhecemos o inestimável valor das paisagens naturais e rurais da nossa região. **Como empresários do setor do turismo, sabemos que o Parque Natural de Montesinho, a serra da Nogueira e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica não são apenas meros trunfos para a nossa atividade: são a própria razão do turismo neste território.** E por isso, só podemos estar **frontalmente contra** a viabilização de qualquer pedido de prospeção e pesquisa de minério.-----

Porque os riscos para o futuro do concelho de Vinhais são demasiado elevados, e porque estamos ainda a tempo de evitar o pior, solicitamos que esta Assembleia emita uma posição **desfavorável** em relação aos dois pedidos de prospeção em causa.”-----

ASSUNTOS NÃO INCLUIDOS NA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para referir que considerando os manifestos que foram apresentados nesta sessão sobre “Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa” no Concelho de Vinhais, urge que este Plenário tome uma posição sobre esta temática. -----

Nesse sentido, conforme o estipulado no n.º 2, do art.º 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colocamos à votação a urgência da deliberação do assunto suprarreferido.-----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade, reconhecer a urgência na discussão e votação do assunto em questão, e nesse sentido foi elaborada uma Moção conjunta, do seguinte teor: -----

1 - CONTRA OS DIREITOS DE PROSPEÇÃO E PESQUISA DE DEPÓSITOS MINERAIS, EM ÁREAS DO CONCELHO DE VINHAIS, DESIGNADAS “CASTRELOS”, “REVELHE” E “VALONGO2” – MOÇÃO. -----

Presente ao Órgão Deliberativo uma moção do seguinte teor: -----

“Considerando que: -----

- ✓ A empresa GMR - Consultores, Lda. requereu à Direção-Geral de Energia e Geologia a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa dos depósitos minerais de níquel, cobalto, cobre, ouro, platinoídes e minerais associados, em áreas do concelho de Vinhais, designadas “Castrelos”, “Revelhe” e “Valongo 2”;-----
- ✓ Todos os polígonos integram várias freguesias do concelho de Vinhais, designadamente as freguesias de Vinhais, Paçó, Candedo, Santalha, Tuizelo, Vilar de Ossos, Vila Verde, Vila Boa de Ousilhão, União de Freguesias de Nunes e Ousilhão, União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos, União de Freguesias de Travanca e Santa Cruz e União de Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita;-----
- ✓ As zonas a prospectar são áreas classificadas e integram-se na área do Parque Natural de Montesinho, em Rede Natura 2000 e na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica;-----
- ✓ Estas classificações derivam do território em causa se caracterizar pela presença de habitats naturais e de espécies da fauna e flora protegidas no âmbito das diretivas comunitárias que se aplicam às aves e aos seus habitats, transpostas para o direito interno;
- ✓ Ao nível da flora, regista-se a presença de populações de espécies com estatuto de ameaça elevado, de acordo com o Livro Vermelho da Flora Vascular de Portugal Continental;---
- ✓ Ao nível da fauna, verifica-se, designadamente, a interseção com um local importante para a conservação da toupeira-de-água e com o território de uma alcateia de lobo ibérico;
- ✓ As atividades agrícolas, florestais, pecuárias e turísticas em áreas protegidas são incompatíveis com a existência de mineração;-----
- ✓ Os principais impactos incluem a degradação ambiental, poluição de solos e águas, perda de biodiversidade, e efeitos negativos à saúde humana, nomeadamente poluição das águas, com a contaminação de lençóis freáticos e corpos hídricos, redução da disponibilidade de água, poluição do solo e ar, com emissão de partículas e gases tóxicos, impacto na biodiversidade, com perda de espécies, perturbação de ecossistemas

aquáticos, riscos à saúde humana, pela exposição a metais tóxicos, impactos sociais e económicos, bem como custo elevado de recuperação.-----

Face aos considerandos supra, a Assembleia Municipal de Vinhais quer expressar, sem quaisquer equívocos, nem ambiguidades, o seu manifesto contra a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, designadamente pelo impacto negativo que terá nas populações do nosso concelho, bem como à salvaguarda de valores naturais do nosso território.-----

Que a presente Moção seja enviada: -----

- ✓ Ao Exmo. Sr. Presidente da República;-----
- ✓ Ao Exmo. Sr. Primeiro-ministro;-----
- ✓ À Exma. Sra. Ministra do Ambiente e Energia;-----
- ✓ Ao Exmo. Diretor-Geral da Direção-Geral de Energia e Geologia;-----
- ✓ Aos líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----
- ✓ Ao Exmo. Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;-----
- ✓ Aos Exmos. (as) Senhores (as) Presidentes de Câmaras Municipais do Distrito de Bragança;-----
- ✓ E à Comunicação Social.” -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis de todos os Senhores Deputados, à excepção do Senhor Deputado José Carlos Claro da bancada do Partido Socialista. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, eram treze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e por mim, Gorete Fernandes Pedreira, na qualidade de trabalhadora do Município, afeta pela Câmara Municipal, como apoio à presente mesa.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(José Carlos Taveira)

1.º Secretário da Assembleia Municipal

(Manuel Luís Pinto Castanheira)

2.ª Secretária da Assembleia Municipal

(Maria de Lourdes de Freitas)

A Trabalhadora do Município

(Gorete Fernandes Pedreira)